Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON

Ano IX - Nº 30 - Outubro a Dezembro de 2018

ECONOMISTAS

RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO:

UMA CONDIÇÃO NECESSÁRIA

Reunidos em Porto Velho, economistas defendem que concentração de renda, redução de direitos e degradação ambiental não são aceitáveis para retomar o crescimento.

"Cada equação é habitada por gente"
Mário Sérgio Sallorenzo

"Promover o progresso social para o conjunto"
Ladislau Dowbor

Nobel premia integração de mudanças climáticas e tecnológicas à análise econômica

www.cofecon.gov.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

EXPEDIENTE

PRESIDENTE
Wellington Leonardo da Silva

VICE-PRESIDENTE
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues

CONSELHEIROS EFETIVOS
Antônio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Junior
Antonio Ubirajara de Pádua Galvão
Bianca Lopes de Andrade Rodrigues
Denise Kassama Franco do Amaral
Eduardo Rodrigues da Silva
Felipe Macedo de Holanda
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Henri Wolf Bejzman
Júlio Flávio Gameiro Miragaya
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Nei Jorge Correia Cardim
Nelson Pamplona da Rosa
Paulo Brasil Corrêa de Melo
Pedro Andrade de Oliveira
Sérgio Guimarães Hardy
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

CONSELHEIROS SUPLENTES
Arthur Nemrod Menezes Guimarães
Clóvis Benoni Meurer
Evaldo Silva
Henrique Jorge Medeiros Marinho
João Bosco Ferraz de Oliveira
Luiz Antonio Rubin
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Maurílio Procópio Gomes
Paulo Roberto Polli Lobo
Paulo Salvatore Ponzini
Ricardo Valério Costa Menezes
Róridan Penido Duarte
Sávio de Jesus Tourinho da Cunha
Sebastião Demuner
Wilson Roberto Villas Boas Anuntes

CONSELHO EDITORIAL
Wellington Leonardo da Silva (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo José Monteiro da Costa
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Felipe Macedo de Holanda
Gilson de Lima Garófalo
José Luiz Pagnussat
Júlio Miragaya
Luiz Carlos Delorme Prado
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Denise Kassama Franco do Amaral
Felipe Macedo de Holanda
Jin Whan Oh
Wellington Leonardo da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO
Natália Kenupp – Assessora de Imprensa
Manoel Castanho – Jornalista
Júlio Poloni – Jornalista

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Lume Comunicação

IMPRESSÃO
Forte Gráfica & Editora

TIRAGEM
6.000 exemplares

ISSN 2446-9297

SUMÁRIO

NOTA DO COFECON: CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA E AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA 4

SINCE 2018: XXVI SINCE REUNIU CERCA DE 200 ECONOMISTAS EM PORTO VELHO | *Natália Kenupp* 8

O PAPEL DO ECONOMISTA | *Ladislau Dowbor* 13

FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA | *Eduardo Rodrigues* 19

MULHERES ECONOMISTAS AVANÇAM | *Bianca Rodrigues* 22

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL *Marcus Eduardo de Oliveira* 27

POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL GERADAS PELA LEI COMPLEMENTAR 161/ 2018: | *Fabiana Ferreira da Silva* 34

COFECON LAMENTA O FALECIMENTO DO ECONOMISTA MÁRIO SÉRGIO SALLORENZO | *Manoel Castanho* 45

ECONOMISTAS NORDESTINOS DISCUTIRAM, EM IMPERATRIZ (MA), OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA REGIÃO | *Natália Kenupp* 48

ELEIÇÕES NO SISTEMA COFECON/CORECONS | *Júlio Poloni* 54

POR UM NORDESTE JUSTO E DESENVOLVIDO 58

XXXIII CONGRESSO DA ANGE | *Adauto Roberto Ribeiro* 59

ESTUDANTE DE ECONOMIA ESTÁ PRÓXIMA DE REPRESENTAR O BRASIL NA YOUTH ASSEMBLE EM NOVA IORQUE *Lucas Henrique de Paula* 60

A FORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE ECONÔMICA *Waldir Pereira Gomes* 61

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

EDITORIAL

WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
PRESIDENTE

Na última edição do ano, a Economistas apresenta artigos e matérias oriundos, em sua maioria, dos debates ocorridos durante o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, organizado pelo CORECON-RO e COFECON e realizado em Porto Velho, e no XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste, cuja organização esteve sob a direção do CORECON-MA e dos demais Conselhos Regionais de Economia da região, e que ocorreu na cidade de Imperatriz, no Maranhão.

Em ambos os eventos, os Economistas e estudantes participantes tiveram oportunidade ímpar de interagir com palestrantes de alto calibre técnico, teórico e de formação política, devotados ao desenvolvimento territorial e regional, não só das regiões Norte e Nordeste, mas sobretudo do Brasil como nação, cujo objetivo é alcançar níveis de desenvolvimento, justiça social e padrões de vida dignos para todos os brasileiros.

Me permito pedir a atenção dos leitores para a Carta do Since, dirigida à sociedade brasileira e aos então candidatos à presidência da República, cujo eixo central está na necessidade de desenvolvimento e retomada do crescimento do País sem que os ônus caiam apenas sobre os que dependem unicamente de seu trabalho para viver. Além da Carta, estão registrados em uma reportagem sobre o tema os destaques da programação, as principais discussões ocorridas nos três grupos de trabalho, e a brilhante palestra de abertura com que nos brindou o Economista e Professor Ladislau Dowbor sobre "A era do capital improdutivo".

Nesta edição, o Economista e ativista ambiental Marcus Eduardo de Oliveira apresenta o artigo "Crescimento econômico e degradação ambiental", que parte do trabalho realizado pelos Prêmios Nobel de economia Paul M. Romer e William D. Nordhaus; o Economista e Professor Ladislau Dowbor nos brinda com excelente artigo acerca do papel do Economista, destacando, entres outros aspectos, o fato de que a desigualdade é o mal maior e indefensável em termos éticos. Nossa Vice-presidenta, a Economista Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, em parceria com seis outras Economistas, nos apresenta um histórico dos avanços, realizações e projetos futuros do Grupo de Trabalho Mulher Economista, a frente do qual desempenhou inestimável papel no decorrer deste ano, e registra as relevantes participações de outras profissionais de Economia.

Por fim, recomendo a leitura de todos os demais artigos, todos fruto do trabalho de articulistas qualificados aos quais agradecemos a generosidade de contribuir com nossa revista. Gostaria de destacar o artigo deste mês da Federação Nacional dos Estudantes de Economia, pois ele aborda o caso de sucesso da estudante de Economia Cintia Sanches que está prestes a representar o Brasil no programa Jovens na ONU, para desenvolver seu projeto de transformação social. Sua trajetória de vida demonstra de forma pujante o tipo de país que podemos vir a ter se nos dedicarmos a reduzir a desigualde social existente entre os segmentos de nossa sociedade.

Boa leitura e boas reflexões.

CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILEIRA E AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Os delegados do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), reunidos no XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Porto Velho (RO), de 19 a 21 de setembro de 2018, aprovaram esta carta aberta, dirigida à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano. Inicialmente, pontuamos que, como todos os que acreditam no desenvolvimento do Brasil, queremos que o País retome o caminho do crescimento. Contudo, defendemos que nem tudo é aceitável, como concentrar ainda mais a renda e a riqueza, reduzir direitos trabalhistas, degradar o meio ambiente, atentando-se para a necessária celeridade nos devidos licenciamentos ambientais.

Assim como todos os que acreditam no desenvolvimento do Brasil, queremos que o País retome o caminho do crescimento.

O ajuste fiscal e as reformas são os temas econômicos que têm predominado na grande mídia, com soluções de aparente consenso, porém não têm colaborado com a reversão do quadro, em particular a retomada dos investimentos produtivos, fundamentais para assegurar taxas de crescimento mais altas no futuro. A retomada do crescimento dependerá de políticas públicas ativas, inclusive com a utilização da política cambial. A necessidade de sustentabilidade fiscal é, de fato, consenso entre os economistas, mas não por meio da Emenda do Teto de Gastos e metas de resultado primário da Lei de Responsabilidade Fiscal, devido a seus resultados pró-cíclicos e concentradores de renda. A partir da crise econômica mundial de 2008, iniciou-se um debate internacional, com o apoio até do FMI, sobre a adoção de regras fiscais mais flexíveis, no curto prazo, que permitissem que os fluxos de receita e despesa fossem usados em políticas anticíclicas. Número crescente de Países tem aderido às chamadas "cláusulas de escape", mantendo limites, de médio e longo prazos, para a dívida ou os gastos.

Ampla reforma tributária, que inverta a regressividade de nossos tributos, aumentando impostos sobre renda e riqueza e reduzindo aqueles sobre o consumo, precisa ser encaminhada. Em particular, impostos sobre dividendos e CPMF alcançam mais os mais ricos e têm grande potencial arrecadatório. Do lado dos gastos, o combate aos privilégios de castas do serviço público, concentradas no judiciário, ministério público e legislativo, pode trazer resultados significativos em termos de desconcentração de renda e eficiência fiscal.

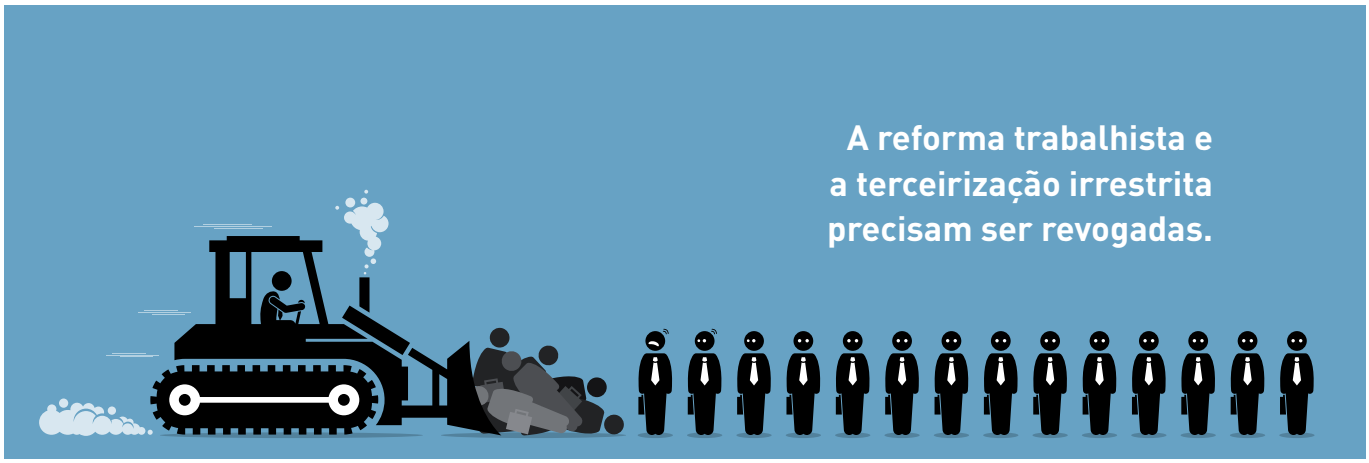
O combate aos privilégios de castas do serviço público pode trazer resultados significativos em termos de desconcentração de renda e eficiência fiscal.

Reforma política estabelecendo regras de financiamento de campanhas eleitorais que não gerem compromissos com interesses privados nem disponibilidade de recursos de origem não identificada, reduziria substancialmente os casos de corrupção como os que têm sido objeto de investigação pela Operação Lava Jato.

A reforma trabalhista e a terceirização irrestrita, por precarizarem as relações laborais e contribuírem para concentrar mais a renda e a riqueza, precisam ser revogadas. A despeito dos argumentos que as defendiam, em curto espaço de tempo constatou-se que essas inovações, como o vínculo intermitente, degradaram ainda mais as condições do trabalhador, com reflexos desfavoráveis à atividade econômica. Soma-se a isso o expressivo aumento do desemprego e da subutilização da força de trabalho.

A população está envelhecendo, o que coloca em pauta a determinação de financiamento sustentável para os benefícios previdenciários. Todavia, equilíbrio atuarial apenas com recursos dos empregadores e empregados, embora indicado para vários dos regimes próprios de previdência social e para a previdência complementar, não deve ser aplicado ao regime geral de previdência social (RGPS). Ao postergar a concessão de benefícios previdenciários no RGPS, onde a grande maioria tem baixas remunerações, sem compensar com transferências aos de também baixa remuneração, causaria elevações das desigualdades, que já persistem, no País, em níveis inaceitáveis. O princípio constitucional, de regime tripartite, em que o governo participa desse financiamento à previdência social, precisa ser observado.

Essas reformas e "contra reformas", mesmo quando necessárias para ajustar as instituições de modo favorável ao crescimento econômico inclusivo, rápido



e sustentado, não são suficientes para assegurá-lo. A visão, repetida de forma alienante, de que tudo que é feito pelo setor público é ineficiente e corrompido, precisa ser desconstruída. Sem políticas adequadas, continuaremos a alcançar, no máximo, periódicos "voos de galinha". Falhas do Estado vão existir, ao lado das falhas do mercado, mas ambas precisam ser controladas no difícil caminho de elevar a qualidade de vida de todos.

A visão de que tudo que é feito pelo setor público é ineficiente e corrompido, precisa ser desconstruída.

Precisamos de empresas, em setores estratégicos, controladas pelo governo. A Petrobrás seria um caso eloquente, para assegurar montante de renda, gerado pelo pré-sal, suficiente para financiar uma revolução em gastos sociais, potencializadores de capital humano, e em infraestrutura, que viabilizariam investimentos privados para garantir o tão desejado crescimento rápido e prolongado. Mesmo enquanto essa renda do pré-sal não está disponível, é indispensável que as desigualdades sejam mitigadas com gastos sociais e os investimentos sejam incentivados com melhorias na infraestrutura, inclusive por meio de concessões.

Bancos públicos, que em momentos críticos têm sustentado o crédito, como no caso da crise financeira internacional de 2008, também são fonte permanente de crédito de longo prazo, em especial o BNDES. Além disso, esses bancos são instrumentos de grande potencial, ainda pouco explorado, para induzir a redução do spread bancário e precisam ser preservados. Para aumentar a disponibilização de crédito de longo prazo e reduzir o spread bancário, ainda é fundamental a ampliação da concorrência no sistema financeiro.

Taxa básica de juros, por décadas tem contribuído para concentrar renda e travar o crescimento econômico. É essencial reduzi-la a níveis internacionais. Para tanto, o governo precisa intensificar o uso de instrumentos adicionais de política econômica, que auxiliem a taxa básica de juros na determinação de níveis adequados de operações de crédito – alterações nos limites do

Bancos públicos também são fonte permanente de crédito de longo prazo, em especial o BNDES.

Índice de Basileia e nas alíquotas de recolhimento compulsório, limitação das prestações das operações de crédito.

Também é essencial incentivar setores de alta produtividade, que disseminam ocupações de alta remuneração, adensando cadeias produtivas internas e participando das cadeias globais em segmentos de alto valor agregado. Para tanto, o Brasil precisa se integrar, de modo estratégico, ao novo consenso sobre política industrial, identificado nas políticas públicas atualmente mais bem sucedidas, em diversos Países, em que inovação e modernização tecnológica constituem o objetivo central, sem abandonar o suporte de incentivos fiscais e creditícios. Nesse sentido, o governo americano consignou US$2,4 bilhões, no orçamento de 2016, para o financiamento de atividades de P&DI na indústria de transformação avançada, permanecendo com os tradicionais gastos militares com P&DI, grande parte aproveitável pela indústria civil. A China vem adotando programas de ciência e tecnologia com enfoques setoriais, utilizando subsídios, financiamento de capital próprio e incentivo fiscal, com ênfase no estímulo à utilização de tecnologias digitais.[2]

É essencial incentivar setores de alta produtividade.

As desigualdades regionais de qualidade de vida continuam evidenciando uma herança escravocrata, para cuja superação pouco se fez nas regiões menos desenvolvidas. Assim, as políticas de desenvolvimento, como os investimentos em infraestrutura, em capital humano e em pesquisa, desenvolvimento e inovação, precisam ser ainda mais intensificadas no Norte e no Nordeste.

[1] - *SCHAECHTER, A.; KINDA, T.; BUDINA, N.; WEBER, A. Fiscal rules in response to the crisis: toward the "next generation" rules. IMF Working Paper, jul. 2012.*

[2] - *ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Science, Technology and Innovation Outlook 2016. Paris: OECD Publishing, 2016.*

XXVI SINCE REUNIU CERCA DE 200 ECONOMISTAS EM PORTO VELHO

Por Natália Kenupp

"Crise dos estados, responsabilidade fiscal e retomada do crescimento econômico" foi o tema central do XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (SINCE), evento realizado bianualmente pelo Sistema Cofecon/Corecons. Pela primeira vez, o encontro ocorreu na região Norte e foi organizado pelo Conselho Regional de Economia da 24ª Região – Rondônia, com o apoio do Conselho Federal de Economia. O simpósio ocorreu de 19 a 21 de setembro, na cidade de Porto Velho. Cerca de 200 economistas representantes de todos os estados brasileiros prestigiaram o evento na capital rondoniense. Por votação, a próxima edição do evento ocorrerá na cidade de João Pessoa, em 2020, comemorando o centenário de Celso Furtado.

A cerimônia de abertura teve início com uma breve apresentação da orquestra da base aérea de Porto Velho, que tocou a música Amazing Grace, do inglês John Newton, e o Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, a mesa de abertura deu as boas vindas aos participantes do evento, composta pelo presidente do Conselho Regional de Economia de Rondônia (Corecon-RO) e coordenador da comissão organizadora do XXVI Since, João Batista Almeida; pelo presidente do Conselho Federal de Economia, Wellington Leonardo da Silva; pelo vice-reitor da Fundação Universidade Federal de Rondônia, Marcelo Vergotti; pelo presidente da Federação Nacional dos Economistas, Juarez Trevisan; e pelo representante do governador de Rondônia, Daniel Pereira, o economista Francisco Lopes Fernandes Neto.

Em seu discurso, o presidente do Cofecon destacou a importância da realização do evento tendo em vista a conjuntura política e econômica do Brasil. "Acredito que neste SINCE nossos debates serão capazes de produzir propostas para a reinserção soberana de nosso País no cenário internacional. Temos sido alvo, em vários Países, de vexatórias reprimendas públicas acerca do comportamento dos ocupantes de cargos em nossos poderes Judiciário, Executivo, Legislativo e nos Tribunais de Contas, os quais também vêm perdendo de forma crescente sua respeitabilidade perante o povo em função de suas imperfeições gravíssimas", afirmou na ocasião.

Wellington Leonardo da Silva também observou que os economistas e a sociedade brasileira precisam discutir de maneira profunda e atenta os seus problemas políticos, econômicos e de representações a fim de possibilitar a existência de um País mais justo, fraterno e democrático. "Se não politizarmos e equacionarmos a questão da desigualdade, sem entregar as riquezas nacionais a outras nações, não haverá futuro possível para nossos filhos e netos rumo à felicidade, pois eles farão parte da legião de 14 milhões de desempregados", declarou o presidente do Cofecon.

Outra fala de destaque foi de Juarez Trevisan, o qual abordou a pareceria do Cofecon com os sindicatos de economistas. De acordo com o presidente da Federação Nacional dos Economistas, a cooperação contribui para a sobrevivência dos sindicatos após a aprovação da Reforma Trabalhista. "As entidades representativas que contavam com a contribuição sindical estão fadadas a desaparecer. Precisamos desenvolver outras formas de custeio, como cursos e convênios, para que os associados tenham vantagens e permaneçam", argumentou Trevisan.

Após a mesa de abertura, o economista Ladislau Dowbor, escolhido como Personalidade Econômica do Ano de 2017, ministrou palestra sobre "A era do capital improdutivo", tema de livro por ele publicado que trata de pesquisas sobre o processo de financeirização no planeta e no Brasil. Dowbor exemplificou que na Alemanha, os bancos têm apenas 13% dos ativos financeiros, já que os alemães investem nos chamados "caixas de poupanças municipais". "Interessante isso, o alemão segura o controle do seu dinheiro", disse. Para o economista, não se trata do dinheiro financeiro, mas em geral. "Na Suécia cerca de 72% dos recursos públicos arrecadados por impostos, e lá os impostos são muito mais elevados que a nossa carga tributária, são repassados para os poderes locais. É dinheiro com rédea curta. Sabemos que com muito dinheiro a tendência a evaporar é muito grande", refletiu o palestrante.

Ladislau Dowbor afirmou que a solução para um mundo com menos desigualdades é simples: seguir os objetivos de desenvolvimento sustentável assinados por todos os Países, inclusive o Brasil, para reduzi-las, além de diminuir os desequilíbrios ambientais do planeta, que, em sua opinião, vão se tornando absolutamente explosivos. "A questão central é: 1% dos mais ricos têm patrimônio acumulado maior do que os 99% seguintes. A partir de um nível de patrimônio financeiro, o efeito

Ladislau Dowbor ministrou a palestra sobre "A era do capital improdutivo". O economista foi homenageado como Personalidade Econômica do Ano de 2017.

multiplicador é absolutamente fenomenal, o que gera essa situação de gente que consegue ter esses bilhões que se multiplicam sem produzir coisa alguma. É o que eu tenho chamado de capital improdutivo", explicou Dowbor.

Premiações

Todos os anos, o Cofecon premia economistas e estudantes de Economia em diversas modalidades. Na cerimônia de abertura do XXVI SINCE foram reconhecidos os vencedores do XXIV Prêmio Brasil de Economia. Na categoria Monografia de Graduação, o primeiro lugar ficou com a estudante Priscila Linck, na Universidade do vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), pelo trabalho "A Dinâmica De Movimento Conjunto Dos Índices De Preços Das Commodities: Uma Aplicação Econométrica". Na categoria Artigo Técnico ou Científico, foi premiada a dupla de economistas Jandir Ferrera de Lima e Augusta Pelinski Raiher pelo trabalho "Desenvolvimento e subdesenvolvimento humano no Brasil".

Na categoria de Mestrado, o primeiro lugar ficou com a economista Laura Calvi Gomes, pela dissertação "Dois ensaios sobre a qualidade da educação e crescimento regional no Brasil". Já na categoria Tese de Doutorado, a premiada foi a economista Elizabeth Moura Germano de Oliveira, que publicou o trabalho "A Economia do Conhecimento e uma nova forma de dependência no capitalismo brasileiro". Por fim, a premiada na categoria Livro de Economia foi Anita Kon, pela obra "Economia Industrial: Teorias e Estratégias".

Ainda na cerimônia de abertura, o Cofecon premiou os Destaques Econômicos do Ano, honraria instituída em 2013 para nobilitar as entidades que contribuíram para a Ciência Econômica, tanto no aspecto acadêmico quanto no aplicado. Na Modalidade Academia, foi premiada a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), representada pelo professor Paulo Sérgio Fracalanza. Na Modalidade Mídia, a Carta Capital foi reconhecida, representada por Manuela Carta, publisher da revista. Já na Modalidade Desempenho Técnico, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se destacou e foi representado por Fernando José de Araújo Abrantes, diretor executivo da instituição.

Na cerimônia de abertura, o Cofecon premiou os Destaques Econômicos do Ano e os vencedores do XXIV Prêmio Brasil de Economia

O Prêmio Personalidade Econômica do Ano foi entregue ao economista Ladislau Dowbor, escolhido em plenária pelos representantes do Sistema Cofecon/Corecons. A honraria reconhece economistas que contribuíram para o desenvolvimento da Ciência Econômica e da profissão de economista, nas vertentes teórica ou aplicada, com destaque no cenário nacional ou internacional, nas áreas do conhecimento científico, educacional, cultural e profissional.

Grupos de Trabalho

O Simpósio é, tradicionalmente, dividido em três grupos de trabalho: GT1 – Formação, Aperfeiçoamento Profissional e Mercado de Trabalho do Economista; GT2 – Aperfeiçoamento do Sistema Cofecon/Corecons; e GT3 – Estrutura e Conjuntura Econômica, Política e Social do Brasil. Durante dois dias de evento, os economistas se reuniram para analisar propostas de melhorias para as três áreas que foram objeto de estudos. Na Plenária final, cada grupo apresentou um resumo das discussões, bem como as propostas para votação entre os delegados do SINCE, que são economistas indicados pelos Conselhos Regionais de Economia.

A mesa diretiva da plenária final foi composta pelo presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon); pela vice-presidente do Cofecon; pelo presidente do Conselho Regional de Economia de Rondônia (Corecon-RO), João Batista Almeida; pelo vice-presidente do Corecon-RO, Francisco Régis Ximenes de Almeida; pelo relator do Since, conselheiro federal Felipe Macedo de Holanda; e pela secretária do Since, Maria Celeste Pupa.

Entre as propostas do primeiro grupo de trabalho que foram aprovadas por unanimidade estão a criação de projeto de lei para exigir a contratação de economistas nas prefeituras, conselhos fiscais e sociedades de capital aberto, públicos e privados; a exigência de que o economista seja o profissional contratado para tratar de desenvolvimento local e regional, não restringindo sua atuação a questões exclusivamente orçamentárias; e o encaminhamento de portfólio da profissão de economista aos principais órgãos públicos, apresentando informações como campo de atuação, regulamentação e estrutura curricular básica.

O registro de mestres e doutores em Economia nos Corecons, mesmo que não sejam graduados em Ciências Econômicas, foi objeto de discussão.

O registro de mestres e doutores em Economia nos Corecons, mesmo que não sejam graduados em Ciências Econômicas, foi objeto de discussão. Decidiu-se pela criação de um grupo de trabalho, no âmbito do Cofecon, para estudar o tema, alteração da lei e disposições da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda ponderou que, ao analisar o assunto, a questão da reciprocidade fosse considerada. "Se nós cursarmos mestrado ou doutorado em Direito, não seremos aceitos como advogados. Seria interessante verificar a possibilidade de acordo com entidades como a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil", argumentou o economista.

No segundo grupo de trabalho, um dos temas de destaque foi a possibilidade de ampliar a plenária do Cofecon, de 18 para 24 conselheiros efetivos e suplentes. Um dos economistas contrários ao aumento, o ex-presidente do Cofecon Paulo Dantas da Costa se posicionou sobre o assunto. "Acredito que é um contrassenso aumentarmos a despesa do Cofecon, considerando o período pelo qual estamos passando, com queda de receita no Sistema. Passamos por várias dificuldades nos últimos anos e devemos levar em conta a situação que estamos vivendo", disse na ocasião. Em votação, a proposta do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA) de manter a plenária em 18 membros efetivos e suplentes, contrária a do Conselho Regional de Economia do Maranhão (Corecon-MA) de aumentar o colegiado obteve 60 votos favoráveis e 43 contrários.

Durante a plenária final, o terceiro grupo de trabalho apresentou uma proposta de documento sobre conjuntura política econômica para ser discutida com os demais delegados eleitores. Após sugestões e ajustes, foi aprovada a "Carta aberta à sociedade brasileira e aos candidatos à Presidência da República", documento disponível nesta edição da revista Economistas.

Mulheres Economistas

Destaque na programação para o Fórum da Mulher Economista, o qual tem ocorrido tradicionalmente nos eventos nacionais do Sistema Cofecon/Corecons, Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia e Congresso Brasileiro de Economia, desde 2016. A coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista no Cofecon, a vice-presidente Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, esteve à frente das discussões, como coordenadora da mesa de debates.

Fórum da Mulher Economista discutiu propostas aos presidenciáveis.

Considerando as eleições gerais de 2018, a proposta de discussão foi "Mulheres Economistas e suas propostas aos presidenciáveis". Além da vice-presidente do Cofecon, participaram como debatedoras as economistas Flávia Vinhaes, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ); Cristiane David, do Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP); Mônica Beraldo, do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF); Maria Celeste Pupa, do Conselho Regional de Economia do Espírito Santo (Corecon-ES); e Maria de Fátima Miranda, do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon-PR).

Maria Celeste, do Corecon-ES, revelou que cerca de 32% dos economistas registrados em seu estado são es. "Constatamos que o desenvolvimento, o avanço da mulher no mercado de trabalho nos últimos anos, não trouxe mais mulheres economistas. A proporção entre homens e mulheres não tem sido muito alterada em nosso conselho ao longo dos anos. Preciso discutir mais sobre esse assunto para entender por que isso acontece. Vale destacar que, em sala de aula, também não há predominância de mulheres", ressaltou. Em relação às propostas aos presidenciáveis, afirmou que gostariam que estivessem atentos a questões relativas a desigualdade regional.

Gincana Nacional de Economia

A Gincana é uma iniciativa do Conselho Federal de Economia coordenada pela economista e conselheira federal Denise Kassama Franco do Amaral. Na 8ª edição da competição, realizada em 2018, participaram 24 duplas de estudantes, representando 14 estados. O primeiro lugar foi conquistado pelas estudantes Fernanda Almeida de Sousa e Giovanna de Almeida Gonçalves, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

O segundo lugar ficou com a dupla Caio de Holanda Medeiros e Filipe Matheus Silva Cavalcanti, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Em terceiro, os estudantes Wellington Adriano e Daniel Augusto Wandrey, da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Em quarto lugar, os universitários Luigi Bruno Dias Martinelli e Nathan Gabriel Presotto, da Universidade Federal de Mato Grosso – Campus Cuiabá.

Para a conselheira Denise Kassama, esse é um dos principais projetos do Sistema Cofecon/Corecons porque estimula o orgulho dos universitários pelo curso de Economia e por representarem suas instituições de ensino. "O jogo é uma simulação da vida real. Se o desempenho deles for tão bom quanto foi na gincana, tenho certeza de que todos serão profissionais éticos e brilhantes", concluiu a economista.

O PAPEL DO ECONOMISTA

Por Ladislau Dowbor

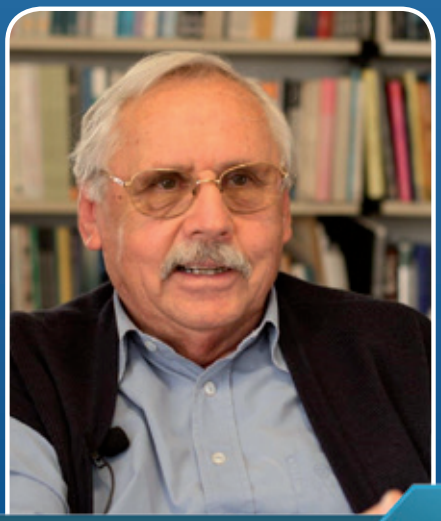
Como economistas, precisamos de um choque de modéstia. Temos tido imensas dificuldades não só de prever os acontecimentos, mas inclusive de explicar o que já aconteceu. Podemos atribuir essas fragilidades a defeitos pessoais, mas seria mais realista entender que, frente às profundas transformações da economia, as nossas ferramentas de análise estão desatualizadas. Com o gigantismo corporativo que deforma radicalmente os mecanismos de mercado, a dominação financeira que drena as atividades produtivas, a globalização que torna as políticas de âmbito nacional pouco operacionais, a explosão das novas tecnologias que nos fazem evoluir para a economia imaterial, a centralidade do conhecimento como principal fator de produção, e a própria apropriação das políticas públicas por interesses corporativos, evoluímos nas últimas décadas para um mundo estruturalmente diferente. A realidade mudou, e as regras que acreditávamos regê-la já não funcionam, ou funcionam em setores residuais.

A realidade mudou, e as regras que acreditávamos regê-la já não funcionam, ou funcionam em setores residuais.

Peter Drucker, num dos seus últimos escritos, trouxe uma visão simples, mas estratégica: "Não haverá empresa saudável numa sociedade doente". Deixava claro, assim, que não se trata apenas de assegurar os resultados na unidade empresarial, e sim de promover o progresso social para o conjunto. Com isso, ele invertia a tão cômoda simplificação das oligarquias de que se estiverem ganhando muito dinheiro, tudo irá melhorar, inclusive pelo patético "trickling down". Em outras palavras: as migalhas que caem da mesa restaurariam os equilíbrios necessários. Essa visão é central para o papel de tantos economistas, justificados nas suas funções ao contribuírem para a maximização dos lucros ou dividendos corporativos.

LADISLAU DOWBOR

Economista e professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, além de várias organizações do sistema "S". Autor e co-autor de cerca de 40 livros, toda sua produção intelectual está disponível online na página dowbor.org.



Os chamados ortodoxos simplesmente tapam os olhos diante dos impactos sistêmicos para a sociedade. É tão cômodo ganhar muito dinheiro justificando quem dele se apropria, com o pretexto de exercer apenas uma função técnica, portanto acima dos embates sociais. Nada mais ideológico do que essa pretensa objetividade.

Francamente, eu acho muito desperdício de tempo e esforços entrar no jogo de disputas teóricas em que se maneja Hayek ou Friedman de um lado; Keynes, Kalecki e Minsky de outro, inclusive porque dá aos defensores dos privilégios e dos privilegiados uma legitimidade que eles pouco merecem. Parece que estamos todos no nobre e elevado patamar dos debates científicos, permitindo que sejam ignorados os dramas humanos que assolam o mundo, e escondida a tragédia tão óbvia de 6 milhões de crianças que morrem de fome por ano ou porque não têm acesso à água limpa, quando 1% dos mais ricos detém mais patrimônio do que os 99% seguintes; quando 8 famílias detêm mais riqueza do que a metade mais pobre da humanidade.

O nosso papel, na minha visão, não é de acompanhar os ridículos comentários de consultores sobre se os mercados estão mais ou menos nervosos; mas sim direcionar a discussão e a luz para os desafios econômicos, sociais e ambientais que precisam ser enfrentados. E esses desafios, pela dimensão, gravidade e novo contexto em que se apresentam, vão necessitar de uma visão muito mais direta e incisiva. A economia hoje é mais política do que nunca.

Os nossos desafios são, por desgraça, bastante claros. Em proveito de uma minoria, adotamos formas de crescimento econômico que literalmente destroem o nosso meio ambiente; enquanto os recursos necessários para mudar os rumos giram alegremente em paraísos fiscais e enriquecem especuladores. Isso não funciona. O desafio maior é voltar a tornar os nossos recursos úteis para o desenvolvimento sustentável que necessitamos. Só os atolados nas ideologias corporativas podem ignorar a catástrofe em câmara lenta que se aprofunda. Não é pessimismo nem catastrofismo. Como bem diz Ignacy Sachs, um pessimista é um otimista bem informado.

O desafio maior é voltar a tornar os nossos recursos úteis para o desenvolvimento sustentável que necessitamos.

No plano ambiental, a dimensão dos desafios é óbvia. Somos hoje 7,5 bilhões de habitantes, 80 milhões a mais a cada ano e todos querendo consumir mais. Consumimos hoje cerca de 30% a mais do que a capacidade de reposição ou recuperação da natureza. Isso não funciona. Hoje temos todas as estatísticas necessárias sobre o aquecimento global e os seus impactos, a contaminação e crescente escassez de água segura, a poluição e acidificação dos oceanos, a liquidação da biodiversidade, a destruição da cobertura florestal, a erosão do solo agrícola, o desaparecimento dos insetos polinizadores e assim por diante. Os dados estão

1% dos mais ricos detém mais patrimônio do que os 99% seguintes.

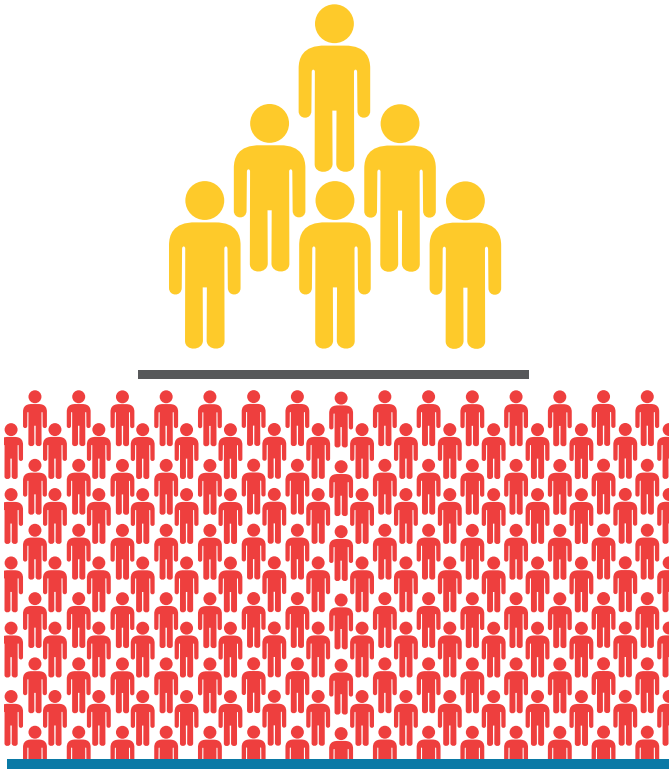
todos aí. O que nós precisamos é de economistas que olhem muito além do PIB, quanto mais do simples lucro empresarial.

No plano social, a desigualdade atingiu níveis absolutamente obscenos em termos éticos, explosivos em termos políticos, e absurdos em termos econômicos. A desigualdade é o mal maior. Em termos éticos, é indefensável. Manter amplas esferas da população na miséria, quando temos tantos recursos, é vergonhoso. O fato de ter voltado a aumentar a mortalidade infantil num País que tem a riqueza que temos é absurdo. Estamos num País que produz, em termos de bens e serviços, 11 mil reais por mês por família de 4 pessoas, o que permitiria a todos viver de maneira digna e confortável. A questão é que 5% das famílias do País têm mais patrimônio do que os 95% restantes, e 6 famílias têm mais riqueza do que 100 milhões de brasileiros na base da população.

Essas poucas famílias produziram tudo isso? Nem os pobres merecem a pobreza a que estão reduzidos, nem os ricos merecem o volume de riqueza de que se apropriam. Reduzir radicalmente a desigualdade não é questão de esquerda ou de direita, é questão de decência humana, e de inteligência política. A economia tem de parar de virar as costas para a ética, e explicitar os valores que nos servem de premissas.

É também questão de inteligência social. Nenhuma sociedade pode funcionar adequadamente com um nível tão profundo de desigualdade. Somos um País onde se comete 64 mil assassinatos por ano; onde a polícia mata 14 pessoas por dia; onde se aprisiona, sem provas de qualquer crime, um ex-presidente da República para conter as pressões da sociedade por uma vida mais decente para todos. Não estamos mais na Idade Média, na era da escravidão, na era feudal. Hoje a massa de pobres no Brasil e no mundo é constituída por pessoas conscientes e, justificadamente revoltadas de não poderem comprar um remédio para o filho doente, de não poderem assegurar um hospital decente para a esposa dar à luz em segurança, de não poderem garantir uma escola adequada para os filhos porque sabem que o futuro deles dependerá dos conhecimentos adquiridos.

A paz social, o ambiente construtivo e uma política equilibrada não poderão funcionar no quadro de tanta desigualdade e de tanta pobreza. Alguém precisará informar às oligarquias de que estamos no século XXI. E os pobres já estão informados de que os recursos existem, de que não é por falta de recursos que sofrem, mas sim pela concentração dos recursos em mãos incompetentes. Não há democracia política que funcione sem uma base de democracia econômica. A economia tem de voltar a ser o que realmente é ou deveria ser, uma ciência social.



No Brasil, 6 famílias têm mais riqueza do que 100 milhões de cidadãos na base da população.

A paz social, o ambiente construtivo e uma política equilibrada não poderão funcionar no quadro de tanta desigualdade e de tanta pobreza.

E a desigualdade não funciona, evidentemente, em termos econômicos. Um bilionário que aplica 1 bilhão de reais em algum papel financeiro, com modesto rendimento de 5% ao ano, estará ganhando 137 mil reais ao dia. Como não conseguirá gastar tanto a cada dia, o grosso do ganho é automaticamente reaplicado, gerando o chamado snowball effect, efeito bola de neve. Sem precisar produzir nada, esse bilionário terá em poucos anos as fantásticas fortunas que hoje alimentam o tal do 1%. O grande dinheiro apenas marginalmente resulta em investimento produtivo, pois as aplicações financeiras rendem mais e exigem menos esforço. É o que tenho caracterizado com A Era do Capital Improdutivo. Gera poderosos rentistas que desviam recursos financeiros da produção, atolam em dívidas as famílias, as empresas e o Estado, e também se apropriam da política, fechando o círculo. O parasita consome o corpo que o alimenta: alguém tem de pagar os 137 mil ao dia sobre cada bilhão. Killing the Host, matando o hospedeiro, é o título sintético e explícito de uma análise em profundidade publicada por Michael Hudson, que aliás qualifica adequadamente o que aqui chamamos dignamente de economia ortodoxa, como sendo junk economics. A economia tem de olhar de frente a deformação sistêmica gerada pela financeirização.

O bom senso em economia implica que voltemos a pensar o uso dos recursos em função dos objetivos finais, que consistem em melhorar de forma generalizada o bem-estar das famílias, sem prejudicar o meio ambiente e a sobrevivência das gerações futuras. É o chamado desenvolvimento sustentável, e aqui temos a Agenda 2030, o bom senso organizado e explicitado em 17 grandes objetivos, incluindo as metas e os indicadores correspondentes. Sabemos o que deve ser feito, os passos que devem ser dados, as decisões que devem ser tomadas.

O desafio está na construção dos equilíbrios políticos que permitam que os rumos sejam corrigidos. A economia precisa assumir e tornar clara a sua dimensão política. Podemos, como economistas, não ter a força para transformar diretamente a política, mas isso não significa que sejamos impotentes. Podemos sim generalizar, com linguagem simples e didática, a compreensão das deformações por parte de uma massa muito mais ampla de agentes econômicos e sociais. Basta explicitar o imenso sistema de agiotagem que se instalou no País, com juros absurdos que oneram quem produz e remuneram quem apenas cobra pedágio sobre o esforço dos outros. A compreensão dos mecanismos econômicos pode ser uma arma poderosa de mudança de rumos. A economia tem de sair do jargão pseudocientífico e se tornar um vetor de apropriação da realidade pela cidadania em geral. A economia precisa parar de se esconder atrás de complexidades.

A economia precisa parar de se esconder atrás de complexidades.

Temos de colocar o PIB, essa conta mágica e enganadora, no seu devido lugar. A descapitalização dos Países que aumentam o seu PIB às custas das suas reservas de recursos naturais, simplesmente não aparece na conta: em nenhuma instituição se aceitaria uma contabilidade que esquecesse a variação de estoques. Um desastre ambiental, como o da BP no Golfo do México, aumentou o PIB americano pelos custos gerados. Os pedágios sobre o acesso às tecnologias e conhecimento, sob forma de patentes, copyrights e royalties, em geral aparecem como aumentando o PIB, quando geram

Inscrição encontrada numa parede da Universidade de Lisboa, na ocasião de numa visita com o ex-ministro de planejamento de Portugal, Mario Murteira, que tirou essa foto.

artificialmente escassez e reduzem o efeito multiplicador das inovações. Soluções colaborativas com a da Pastoral da Criança, ao reduzir doenças e gastos correspondentes, diminuem o PIB. Aliás, o PIB aumenta quando se gasta com hospitais e remédios. A agilidade das comunicações com meios eletrônicos reduz o PIB, pela redução de atividades onerosas como o correio levado de casa em casa. Temos de aumentar o PIB ou a produtividade?

A privatização de parques e praias, ao dificultar o acesso ao lazer gratuito, aumenta o PIB. E tão importante se tornou a cifra como prova de sucesso que a Grã-Bretanha acrescentou a prostituição e o comércio de drogas às suas contas nacionais. E o tempo que perdemos diariamente pelas péssimas condições de transporte coletivo não aparece como custo, pelo contrário, os custos dos engarrafamentos aumentam o PIB: o tempo perdido pelas pessoas não é calculado como valor. A economia tem de voltar a fazer as contas, ou seja, contabilizar os nossos progressos e os nossos custos em função dos objetivos sociais. As metodologias alternativas são abundantes, e funcionais. Que conta é essa que só mede a intensidade do uso da máquina econômica, esquecendo a avaliação do que se produz, para quem e com quais impactos ambientais? A economia precisa adequar as contas às necessidades da sociedade.

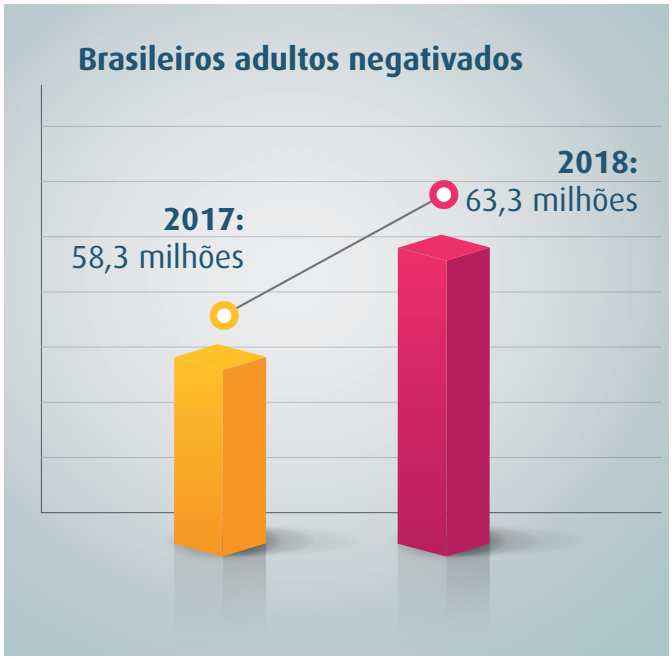
O bem-estar das famílias depende sem dúvida do acesso à renda, e essa deve ser distribuída de maneira mais equilibrada. Mas não é suficiente: depende também, e crescentemente, do acesso ao consumo coletivo, o chamado salário indireto. O canadense, por exemplo, pode ter um salário inferior ao do americano, mas tem acesso universal e gratuito à educação, serviços de saúde, espaços públicos de lazer e semelhantes, sem precisar colocar a mão no bolso. A conta é clara: os americanos, gastando cerca de 9.400 dólares por ano em saúde, pagam cerca de três vezes mais do que a média da OCDE, com resultados muito inferiores. A conta da saúde no Canadá é de 3.400 dólares por pessoa. O acesso público, universal e gratuito aos serviços de consumo coletivo é muito mais produtivo, em termos de custo benefício, do que a indústria da doença ou do diploma. Aumenta o bem-estar, reduz a desigualdade

ao nivelar as oportunidades, e torna a sociedade muito mais governável. Algumas coisas não podem faltar a ninguém. Ter mais serviços públicos de consumo coletivo constitui bom senso econômico: não é gasto, é investimento na sociedade e resulta no aumento da produtividade sistêmica.

O bem-estar depende evidentemente também de mais proteção do meio ambiente, e de mais infraestruturas de transporte, energia, água e telecomunicações. Tudo isso envolve sólidos sistemas de administração pública. Até quando vamos tolerar a demagogia do impostômetro e dos patos? A economia deve assumir a análise institucional em profundidade, apontando para as melhores soluções em termos de equilíbrio entre a empresa, o Estado e as organizações da sociedade civil, segundo as diferentes áreas de atividade. Reduzir o debate às simplificações ideológicas sobre o tamanho do Estado não faz o menor sentido. A economia deve recorrer muito mais às análises comparadas, aprendendo com as soluções práticas que já deram evidentes resultados em outros Países. A economia precisa ser menos ideológica e mais pragmática.

Precisamos igualmente descer do alto das nossas complexidades econométricas, que servem, com honrosas exceções, de biombo para um charlatanismo barato. Precisamos de cifras incompreensíveis? Em junho de 2018, o Brasil ostenta 63,3 milhões adultos "negativados", colocados na lista negra do crédito. Em dezembro de 2017 eram 58,3 milhões: ou seja, em 18 meses aumentamos em 5 milhões o número de adultos negativados. Tal número aponta claramente para o escândalo dos juros. Números desse tipo, com comparações internacionais e no tempo, são simples e compreensíveis.

Não são aqui necessárias equações complexas, e sim a apresentação dos números e análise direta das causas.



A quantificação é ótima quando serve para avaliar e divulgar as situações concretas que enfrentamos, em vez de encobri-las com complexidades. Temos de divulgar dados como serviço prestado à população e não como medalha de ostentação de sofisticação matemática.

Enfim, temos de parar de falar e escrever para nós mesmos. Estamos na era do digital, e podemos colocar a nossa compreensão da realidade a serviço do conjunto da população. Não haverá democracia com uma comunidade desinformada: teremos insegurança, divisões e conflitos. Hoje inúmeros cientistas divulgam os resultados das suas pesquisas online gratuitamente. Grandes instituições de pesquisa como o MIT americano, e hoje inúmeras universidades, disponibilizam online e gratuitamente os resultados das suas pesquisas. Colocados em espaços abertos, os estudos se submetem a avaliações e críticas da comunidade científica, sem precisar de double blind peer review que permite muito corporativismo de "escolas" de economia. A batalha pela relevância, simplicidade, legibilidade e acesso aberto à informação econômica é essencial.

Afinal, para quê economistas?

FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E MERCADO DE TRABALHO DO ECONOMISTA

Por Eduardo Rodrigues[1]

No dia 20 de setembro, em Porto Velho - RO, por ocasião do XXVI SINCE, o Grupo de Trabalho 1 (GT1) - Formação, Aperfeiçoamento Profissional e Mercado de Trabalho do Economista, acolheu as propostas de discussão enviadas pelos conselhos regionais e as analisou, individualmente, com os economistas inscritos no grupo, sob a coordenação do economista Paulo Roberto Paixão Bretas, presidente do Corecon de Minas Gerais e relatoria dos economistas Eduardo Rodrigues da Silva - Cofecon e Kleber Antônio da Costa Mourão - Presidente do Corecon do Pará. inclusive dos representantes majoritários dos Corecons.

[1]EDUARDO RODRIGUES

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO - 1993), Mestre em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp - 2002) e doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp desde 2007. Diretor do Departamento de Ciências Econômicas da PUC/GO de 2001 a 2008, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional da PUC/GO de 2008 a 2010, Pró-Reitor de Comunicação da PUC Goiás desde 16/12/2010. Membro da Diretoria Executiva da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas ANGE. Ex-presidente do Corecon-GO.

Grupo de Trabalho 1 (GT1) – Formação, Aperfeiçoamento Profissional e Mercado de Trabalho do Economista analisou as propostas de discussões enviadas pelos conselhos regionais.

Para esclarecer questões relevantes vinculadas à temática do GT1, o Grupo foi agraciado com duas exposições de trinta minutos cada. O primeiro expositor foi o economista Paulo Dantas da Costa, do Conselho Regional da Bahia, que fez um relato sobre os problemas encontrados na Lei e no Decreto dos Economistas em vigência e explanou sobre os principais entraves que carecem de reformulação, atualização e/ou modificação. Grande parte dos problemas poderia ter sido resolvida por meio do Projeto de Lei de 2007, que ainda não logrou êxito, tendo em vista as dificuldades e limites em seus trâmites e andamentos. A segunda expositora foi a economista Mônica Beraldo Fabrício, do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal. Ela relatou dificuldades que alguns acadêmicos encontram ao cursar economia, em virtude da complexidade do curso. Ela enfatizou a importância da formação básica dos cursos de economia e ressaltou a necessidade de inclusão de conteúdos específicos voltados ao atendimento das características econômicas da região onde se localiza o curso, bem como conteúdos que contemplassem o exercício da profissão, como economia da mineração, perícia, arbitragem, projetos e etc. Destacou, ainda, que se deve cuidar do aperfeiçoamento do profissional economista e que é importante estimular o ingresso de novos alunos nos cursos de economia. Ela tratou, ainda, das dificuldades encontradas na fiscalização da atividade do economista, principalmente por causa da legislação vigente.

Problemas encontrados na Lei e no Decreto dos Economistas e a inclusão de conteúdos voltados para as características econômicas da região dos cursos de economia foram temas discutidos durante o evento.

Encerrados os debates dessas exposições, deu-se início à apreciação das 25 (vinte e cinco) propostas para discussão. O Relator Geral da Sessão Plenária Final do SINCE 2018, o economista Felipe de Holanda (COFECON), sintetizou as propostas aprovadas da seguinte forma:

No que tange à Lei que regulamenta a profissão de economista, discutiu-se a existência de áreas específicas de exercício profissional do economista e de que forma avançar, na nova legislação, em uma regulamentação que assegure que determinadas, avaliações, mensurações e

estudos sejam realizados por profissionais que detenham a habilitação profissional do economista. Importante que o debate deteve-se, também, naqueles nichos nos quais o economista pode atuar e que sejam de participação ampla de profissionais "próximos". Os destaques foram: Assessoria e consultoria econômica; laudos e perícias econômicas; elaboração de projetos econômicos financeiros; avaliação econômica de ativos e empresas "valuation econômico"; avaliação e elaboração de planos orçamentários de órgãos públicos; perícia e assistência técnica judicial econômico-financeira; arbitragem econômica; avaliação econômica de impacto ambiental e recíproca; avaliação de ativos financeiros; projetos de PPP.

O aceite ou não de registros de graduados em finanças e comércio exterior, demanda dos próprios alunos graduados nessas áreas que solicitaram a inserção no Cofecon. Os bacharéis dessas áreas não possuem conselho próprio e podem concretizar uma base adicional de arrecadação dos conselhos, além de fortalecer as discussões. A contra-argumentação visa o método de inserção, nomenclatura do Cofecon e como aderi-los e fiscalizá-los. Na carteira não viria o nome "economista" e sim Graduado em Comércio Exterior e/ou Finanças, conforme o curso realizado. No entanto, quais seriam os direitos deles em relação a área de atuação do economista? Formulação de sua legislação e etc. Como seria a competição disso? Por esses motivos o debate foi inserido também na proposta de criação de um grupo de estudos do Cofecon.

A abertura do registro no Conselho Regional de Economia, sob a categoria de economista, para os profissionais com doutorado em economia. O parecer aprovado propõe a criação de um grupo de avaliação e estudo de viabilidade de tal possibilidade, com benefícios e prejuízos para o conselho e para o profissional, no qual entrou a discussão de que outros conselhos de classe não aceitam a recíproca e que seria viável realizar esse procedimento, caso o conselho do profissional fosse adepto à mesma abertura. Ex. Conselho de Contabilidade aceitar economistas com doutorado em contabilidade como contadores.

A reforma da grade curricular é outra questão, uns debatem que a estrutura do curso de economia enviesa a atuação do profissional e torna pouco atrativo o curso, sobretudo no viés marxista. Enquanto outros defendem a categoria do economista como formulador de políticas econômicas e responsável por análise estratégica, o que exige que haja uma estrutura de curso diversificada. O debate permeou em como estruturar uma recomendação que, conforme as Diretrizes Curriculares, que os 50% da carga horária livre aderisse à perspectiva do mercado local e aos 50% chamados de "núcleo duro", ficassem as disciplinas essenciais e de debate. Assim, poder-se-ia promover a inclusão de disciplinas como: perícia econômica, análise de cenários e conjuntura econômica. Disciplinas opcionais dependendo da demanda local, tais como: economia da mineração, energia, petróleo; economia digital; economia ambiental; economia do turismo; economia e logística portuária; etc.

Essas questões pautarão as discussões do Cofecon nos próximos anos. No entanto, que se diz respeito à discussão referente à reforma curricular a ANGE, Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas, tem recomendado aos cursos de graduação em Ciências Econômicas, que a oferta de conteúdos diretamente relacionados ao exercício profissional do economista, como Perícia, Arbitragem, Elaboração de Projetos e outros possa ser contemplada por meio de cursos oferecidos em parceria com o Sistema Cofecon/Corecons e que as horas destinadas à essas formações sejam computadas como horas Atividades Curriculares Complementares, respeitando o disposto no Projeto Pedagógico de cada curso.

MULHERES ECONOMISTAS AVANÇAM

UM BREVE HISTÓRICO

Por Bianca Rodrigues[1]

A criação do Grupo de Trabalho Mulher Economista aprovado pelo Conselho Federal de Economia em sua 670ª Sessão Plenária Ordinária, realizada nos dias 8 e 9 de abril de 2016, teve o objetivo de aperfeiçoar a participação da mulher economista no debate econômico e no Sistema Cofecon/Corecons. A criação do GT foi uma sugestão da Conselheira Federal Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, com apoio e participação das conselheiras federais Celina Ramalho e Denise Kassama na gestão do então presidente Júlio Miragaya.

Várias ações foram realizadas desde então na busca por atender ao objetivo do grupo de trabalho Mulher Economista e consolidar a participação das mulheres, principalmente nos Conselhos Regionais e Federal de Economia, contando sempre com o envolvimento das mulheres economistas e buscando a inclusão e participação de todos os economistas, inclusive dos representantes majoritários dos Corecons.

[1]BIANCA LOPES DE ANDRADE RODRIGUES

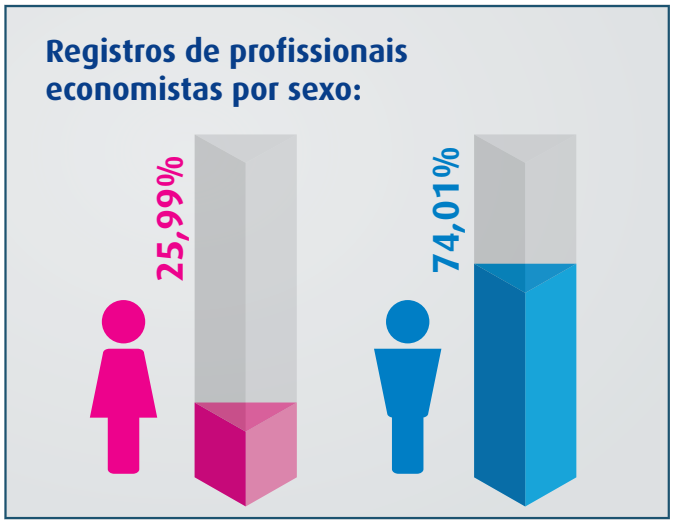
Vice-presidente do Conselho Federal de Economia, é graduada em Economia pela Universidade Estadual de Maringá. Concluinte do curso de MBA de Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV.

Contribuíram as economistas: Flávia Vinhaes; Geovana Mara Ferreira; Maria Alejandra C. Madi; Maria Celeste Pupa; Maria Cristina de Araújo; e Mônica Beraldo.

Primeiros passos

Engajadas nesse novo momento, Mônica Beraldo e Maria Cristina de Araújo tiveram a iniciativa de criar no Corecon-DF, ainda no ano de 2016, o primeiro Grupo de Trabalho Regional da Mulher Economista, o qual tornou-se apoio fundamental para a realização das atividades propostas pelo GT do COFECON. Da mesma forma, a colaboração da economista Fabíola Andréa Leite de Paula e o apoio do Corecon-RN foram imprescindíveis para a realização do I Fórum da Mulher Economista, durante o Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, em Natal.

Na estreia do Fórum da Mulher Economista em um evento oficial do Sistema Cofecon/Corecons, a mesa foi composta pelas economistas Bianca Lopes de Andrade Rodrigues (coordenadora), Denise Kassama, Celina Ramalho, Maria Cristina de Araújo, Simone Magalhães, Ana Cláudia Albuquerque Arruda Laprovitera e Fabíola Andréa Leite de Paula. Com o tema "A Mulher Economista no Mercado de Trabalho e nas Entidades Profissionais" as economistas discorreram sobre os desafios das mulheres que decidem atuar em profissões predominantemente masculinas, como economista: dados levantados dos registros profissionais apresentaram um total de 74,01 % de homens e 25,99% de mulheres.



Esse painel foi determinante para despertar e motivar a participação das economistas no Grupo de Trabalho Mulher Economista. Posteriormente ao Since, foi incentivado o desenvolvimento de ações pelas economistas em todo o Brasil, com a propositura de ter em cada Corecon um Grupo de Trabalho Mulher Economista, sendo a coordenadora uma mulher indicada pelo Regional. Essa iniciativa obteve adesão de todos os Estados da Federação, que hoje desenvolvem ações específicas as economistas do local onde atuam.

Na edição seguinte do Since, em 2018, desta vez em Porto Velho-RO, a realização do Fórum da Mulher Economista foi determinante para a participação permanente da mulher economista no âmbito do Sistema Cofecon/Corecon's. Com o tema "A mulher economista e suas propostas aos presidenciáveis", a mesa contou com a participação das economistas Flávia Vinhaes (Corecon-RJ), Cristiane David (Corecon-SP), Mônica Beraldo (Corecon-DF), Maria Celeste Pupa (Corecon-ES), Maria de Fátima Miranda (Corecon-PR) e a vice-presidente do Cofecon Bianca Lopes de Andrade Rodrigues. As expositoras destacaram que o próximo presidente da República deve ter uma atitude ativa em relação à Educação que resulte em mudanças; promover aproximação do rendimento das mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho (principalmente porque essa diferença salarial penaliza muitas mulheres que hoje assumiram a responsabilidade do sustento do seu domicílio); estar atento e promover ações que diminuam as desigualdades regionais do Brasil, um País de dimensão continental com cinco regiões de perfis muito diferentes e desenvolvimento bastante desigual; realizar uma reforma triburária necessária; e priorizar em sua equipe homens e mulheres economistas, principalmente os profissionais com conhecimento de planejamento, orçamento e interpretação da legislação econômico/fiscal.

No XXII Congresso Brasileiro de Economia, realizado no mês de setembro de 2017 , em Belo Horizonte- MG, as mulheres economistas marcaram sua participação com a Mesa da Mulher Economista: "Os principais desafios enfrentados pela mulher no mercado de trabalho". O debate foi organizado pela coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista, Bianca Lopes, com a orientação da Comissão Organizadora do evento, e teve como expositoras Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ); Eliane de Araújo, da Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR); Rosa Maria Marques, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP); e Tânia Cristina Teixeira (PUC-MG). Em suas apresentações, as expositoras destacaram a necessidade de implantação de políticas ativas de mercado de trabalho para diminuir a desigualdade de gênero, inclusive no campo da previdência social, e que resolvam a problemática das diferenças salariais entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções e possuem qualificação correspondente. Neste Congresso Brasileiro de Economia, em parceria entre os GT's Mulher Economista do Cofecon e Corecon-DF, foi lançado um questionário preliminar para conhecer o perfil das mulheres economistas e estudantes de economia.

O quanto já caminhamos

Com intenção de consolidar a participação e o debate de temas que são relevantes para o aperfeiçoamento profissional da Mulher Economista, o Grupo de Trabalho - agora presente em todos os Corecon's com sua representação estadual - encaminhou como proposta para deliberação no XXVI SINCE 2018 a inclusão permanente do Fórum da Mulher Economista em sua programação e da Mesa da Mulher Economista na programação do Congresso Brasileiro de Economia, propostas aprovadas por unanimidade pelos delegados presentes. Assim, atividades e debates que tenham um olhar para a profissional economista ganharam espaços relevantes nas programações oficiais do Sistema.

Atividades e debates que tenham um olhar para a profissional economista ganharam espaços relevantes nas programações oficiais do Sistema.

Os eventos realizados pelo Grupo de Trabalho, tanto pela sua representação federal quanto nos estados, trouxeram ao debate, além do tema do mercado de trabalho para as mulheres, políticas públicas que promovam mudanças positivas, qualificação profissional, campo de atuação profissional, mudanças que a quarta revolução industrial está promovendo nas relações de trabalho, políticas econômicas de crescimento, economia comportamental, além de outros temas de aspecto geral que possibilitaram à mulher economista oportunidade de contribuir para o debate do desenvolvimento econômico e social.

Cabe destacar a importante ação do Grupo de Trabalho Mulher Economista do COFECON, em parceria com as mulheres economistas do Corecon-DF, com apoio fundamental da economista e pesquisadora Luciana Acioly e do presidente do COFECON, Wellington Leonardo, em buscar aproximação com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA para a realização de termo de cooperação com o Conselho Federal de Economia, com objetivo de realizar um amplo estudo do perfil da Mulher Economista, seu campo de atuação, participação no mercado de trabalho e demais aspectos relevantes à profissional economista.

As mulheres estão confiantes e motivadas para exercer a profissão?

Os dados coletados pelo questionário preliminar do perfil da mulher economista na XXII edição do Congresso

Brasileiro de Economia em 2017 contaram com a participação de 772 mulheres, divididas entre profissionais e estudantes de Economia.

Segundo a economista Maria Alejandra Madi, coordenadora do GT Mulher Economista do Corecon-SP, a pesquisa em análise coloca em questão histórias de determinação, esperança e frustração quanto ao estudo das Ciências Econômicas e ao exercício da profissão de economista para as mulheres no Brasil, particularmente entre as mulheres até 45 anos - sendo 74,1% solteiras, 20% casadas e 13,9% com filhos. Neste sentido, esse grupo amostral indica, além de mudanças culturais, a importância dos desafios colocados pelas escolhas entre a vida profissional e as prioridades pessoais (cuidado familiar, maternidade). As entrevistadas certamente estão em momentos de suas vidas profissionais, onde a diferença entre a progressão de homens e mulheres pode aumentar e os desafios para combinar trajetórias profissionais bem sucedidas e prioridades pessoais (cuidados familiares, maternidade) tendem a aumentar.

Dentre as áreas de atuação das entrevistadas, destacam-se o setor privado (42%), o setor público (29%) e a Academia (27%), sendo que apenas 11% das mulheres do grupo amostral desenvolvem a profissão enquanto profissionais liberais. Quanto ao nível de escolaridade, 47,8% são estudantes, 15,7% cursaram uma especialização e somente 13,6% possuem curso de Pós- graduação / Mestrado.

Quanto à confiança na progressão da carreira como economista, 23,8% das entrevistadas se mostram satisfeitas em relação à trajetória profissional e 46,1% medianamente satisfeitas. Em relação às aspirações quanto ao sucesso na carreira, destaca-se que 13,9% das entrevistadas estão desmotivadas, 49,5% pouco motivadas e 25,8% muito motivadas. Estes indicadores explicitam a avaliação das entrevistadas em relação aos resultados alcançados quanto às suas metas profissionais: 15,7% das entrevistadas alcançaram plenamente suas metas, 35,4% consideram que as suas metas foram parcialmente satisfeitas e 48,9% consideram que não atingiram suas metas profissionais.

A pesquisa também oferece boas indicações para refletir sobre a desmotivação das entrevistadas quanto à inserção no mercado de trabalho. Dentre os principais fatores identificados pelas entrevistadas como obstáculos para a sua atuação como economista, podemos destacar: 1) falta de reconhecimento, 41,6%; 2) salário incompatível com o mercado, 32,7%; 3) falta de retorno do chefe, 15,5%; 4) conflitos na equipe, 12,2%. As entrevistadas também apontam o assédio moral como aspecto relevante na análise das relações interpessoais nos locais de trabalho.

Dados coletados no questionário preliminar do perfil da mulher economista na XXII edição do Congresso Brasileiro de Economia em 2017.

PROGRESSÃO DA CARREIRA COMO ECONOMISTA

23,8% satisfeitas

46,1% insatisfeitas

ASPIRAÇÕES QUANTO AO SUCESSO NA CARREIRA

13,9% desmotivadas

49,5% pouco motivadas

25,8% muito motivadas

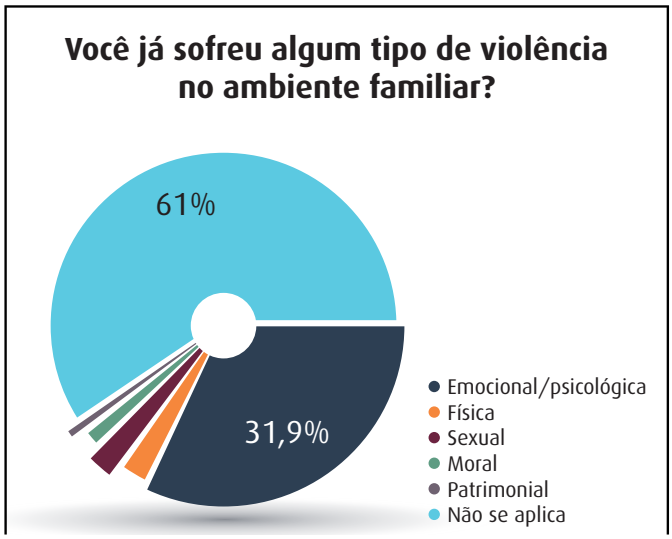
METAS PROFISSIONAIS

15,7% alcançaram plenamente suas metas

35,4% alcançaram parcialmente suas metas

48,9% não atingiram suas metas profissionais

Adicionalmente, a pesquisa mostra que a questão da igualdade de gênero no campo profissional vem se transformando no Brasil. Dentre as entrevistadas, 47,9% se consideram equiparadas comparativamente a seus colegas do gênero masculino e 9% avaliam estar em condição superior. No entanto, ainda 42.1% consideram que estão comparativamente em condição inferior ao gênero masculino na atuação como economista.



O que chamou a atenção da Economista Geovana Mara Ferreira, coordenadora do Grupo de Trabalho Mulher Economista do Corecon-ES, foi o dado alarmante pontuado pela pesquisa de que 39% das participantes apontaram sofrer algum tipo de violência no ambiente familiar, sendo 31,9% violência emocional/psicológica. Uma pergunta latente ecoa: o que faz essa mulher com nível de escolaridade superior ainda aceitar essa violência no ambiente familiar?

As pressuposições se baseiam no fato de que o autoconhecimento do entendimento do que pensa, sente e quer é um cenário que ainda não alcançou parcela dessas mulheres, que vivem em uma sociedade patriarcal em sua grande maioria. O ponto crucial desse debate é que, apesar dessas mulheres possuírem qualificação profissional, ainda nos tempos ditos modernos, um número significativo continua "sofrendo" de um dos males do universo feminino, a violência contra a mulher em todas as suas formas.

Maria Alejandra menciona que a pesquisa aponta para a necessidade de mudanças no processo de inserção da mulher economista no mercado de trabalho brasileiro para superar a desmotivação e aumentar a confiança no seu futuro profissional, e que tais ações não envolvam apenas esforços para mitigar os preconceitos e estereótipos de gênero que historicamente têm afetado as trajetórias profissionais. Geovana conduz a reflexão do que estamos fazendo para garantir o direito dessas mulheres serem o que quiserem ser e partilharem de uma vida plena.

Próximos passos

O Grupo de Trabalho Mulher Economista, representado por todas as mulheres economistas que participam ativamente do Sistema Cofecon/Corecon's, continuará nesse esforço e engajamento de aperfeiçoar a participação da mulher economista em todas as áreas de atuação da ciência econômica e nas instituições que nos representam. Esse processo deve ser participativo na busca de estratégias para enfrentar as adversidades e encontrar alternativas que melhorem a atuação da profissional economista em um ambiente fortemente exercido por homens.

Projetos que estimulem a elaboração de leis e melhoria das leis já existentes, que promovam um ambiente de convivência adequado para as mulheres, que estimulem o aperfeiçoamento profissional, que abram oportunidades de trabalho em campos dentro da atuação da ciência econômica ainda dominado apenas por homens bem como desperte a atenção para atuar em novas áreas que estão surgindo dentro da ciência econômica. A cooperação, e não a competição, produzirá o sucesso dos objetivos que desejamos alcançar.

CRESCIMENTO ECONÔMICO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Por Marcus Eduardo de Oliveira

ROMER E NORDHAUS

Em sua 50ª edição (2018), o Prêmio de Ciências Econômicas do Banco Real da Suécia em Memória de Alfred Nobel - popularmente conhecido como "Prêmio Nobel de economia" - foi entregue aos acadêmicos Paul M. Romer e William D. Nordhaus, ambos nascidos nos Estados Unidos.

Sobre Paul Romer (62 anos), a Academia sueca destacou que "as pesquisas macroeconômicas anteriores tinham enfatizado a inovação tecnológica como principal motor do crescimento econômico, mas não haviam modelado como as decisões econômicas e as condições do mercado determinavam a criação de novas tecnologias. Paul Romer resolveu este problema demonstrando como as forças econômicas governam a disposição das empresas para produzir novas ideias e inovações".

Já sobre William Nordhaus (77 anos), foi dito que "suas conclusões ampliaram significativamente o alcance da análise econômica mediante a construção de modelos que explicam como a economia de mercado interage com a natureza e o conhecimento".

Ilustrações: Ill. Niklas Elmehed. © Nobel Media

MARCUS EDUARDO DE OLIVEIRA

Economista e ativista ambiental.
Autor de "Civilização em desajuste com os limites planetários" (ed. CRV).
prof.marcuseduardo@bol.com.br

Colocado dessa forma, a narrativa que me parece mais adequada para ser desenvolvida aqui, ainda que de forma concisa, diz respeito à necessidade (premência, ouso dizer) que a comunidade humana tem de combinar de modo satisfatório "o crescimento sustentável a longo prazo da economia global com o bem-estar da população do planeta", conforme destacou o comunicado da Academia sueca.

Degradando os recursos da natureza

Numa época repleta de conflitos, incertezas e acirradas contradições, em que o poder dos homens sobre o mundo se tornou incontrolável, e por isso potencialmente perigoso, nos mantendo cada vez mais longe do equilíbrio social e ambiental, parece haver pouca discordância que, devido ao excesso de produção material (um dos sustentáculos da ideologia do crescimento) para atender a compulsiva vontade de consumo (outro sustentáculo) de parte da população mundial (1/6 da comunidade humana é responsável pelo consumo direto de quase 80% de tudo o que é produzido e comercializado no mundo), a economia global tem sido levada à uma situação limite a tal ponto que compromete sobremaneira alguns dos principais valores centrais de nossas vidas.

A despeito disso, é oportuno dizer, mutatis mutandis, que aí está localizado um dos mais sérios pontos de conflito impostos à civilização moderna, tendo em vista que o crescimento econômico – que de certa forma guia nosso destino existencial - tem sido alcançado à custa do rompimento dos limites ecológicos da Terra, da exaustação ecossistêmica e, por esse conjunto, do comprometimento da qualidade de vida.

Percebido desse ângulo, vale refinar a análise: ao que tudo indica, estamos mesmo com uma bomba-relógio no colo; afinal, a capacidade de reserva natural desse mundo fisicamente limitado que habitamos – e que temos sido incapazes de cuidar - se encontra em rota de colisão com os desejos e as necessidades ilimitadas

de consumo material, e com a própria perspectiva do crescimento, sempre almejada de forma ininterrupta. Falando com simplicidade, a questão definidora parece ser a seguinte: se o crescimento econômico depende de recursos ecológicos limitados e finitos, como é presumível supor, o próprio crescimento, obrigatoriamente, tem de ser limitado. O motivo? Se acelerarmos o crescimento, fatalmente iremos colher um colapso ecológico. Ora, se as formas de vida (humana e não humana) e o tipo de economia que construímos até agora somente são possíveis mediante a existência de recursos ecológicos (materiais e energia) e de serviços ambientais (do provisionamento de água ao uso de solos férteis; da polinização ao ciclo de nutrientes, e assim por diante), a conclusão se torna óbvia: se degradarmos esses recursos e os serviços do meio ambiente, ou mesmo aproximá-los do esgotamento, a continuidade das formas de vida conhecidas, bem como da própria economia, imediatamente serão inviabilizadas, dado que o funcionamento de todo o "sistema" será prontamente atingido. Aos olhos dos que creem, é de uma possibilidade de colapsos que estou falando. No extremo rigor, cabe contextualizar um pouco mais sobre esse emaranhado complexo a partir de dois pontos medulares.

Se acelerarmos o crescimento, fatalmente iremos colher um colapso ecológico.

Primeiro: todos os Indicadores de Sustentabilidade (IS) – vale apontar: vistos como ferramentas para a gestão ambiental, o debate inicial sobre os (IS) data de 1972, notadamente com a contribuição de W. Nordhaus a partir do texto "Is growth obsolete?", escrito em parceria com J. Tobin -, além de evidenciarem o estágio de redução dos ecossistemas em níveis críticos, ainda mostram com bastante clareza que já ultrapassamos em 40% a capacidade de reposição de bens e serviços produzidos pela Terra. De modo sumário, pode ser dito que essas duas específicas situações, quando combinadas, foram devidamente facilitadas pelo que segue:

(A) a economia global quintuplicou nos últimos 60 anos;

(B) o consumo de grãos e água - e especialmente a produção de automóveis, produto-símbolo da sociedade contemporânea - triplicou;

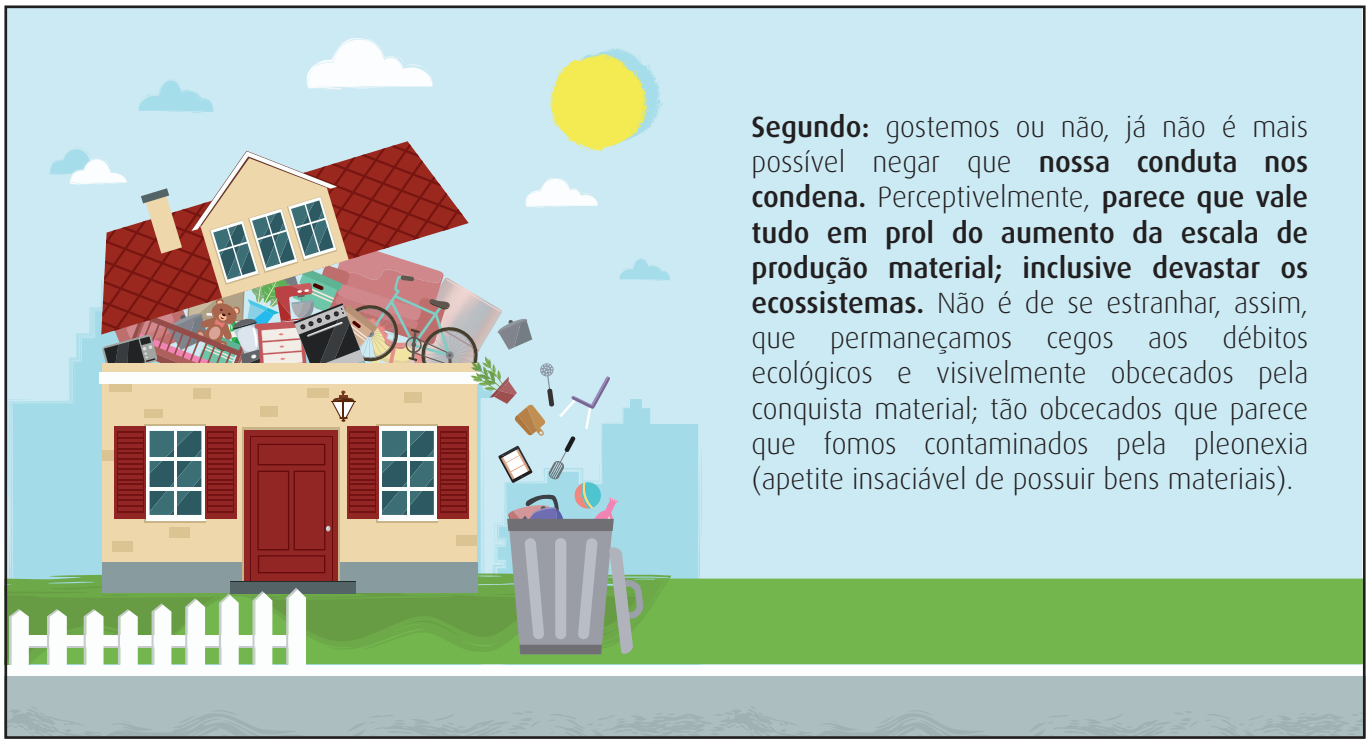
(C) o uso de combustíveis fósseis, com a consequentemente emissão de CO2, quadruplicou.

Sob essa inspiração, nunca é demasiado asseverar que o "funcionamento" de toda a economia, isto é, a capacidade de produzir qualquer coisa, exige recursos materiais e energia da única (vale o grifo) fonte existente, a natureza. Daí a necessidade de pormenorizar ao menos dois pontos cruciais que não raras vezes passam despercebidos: i) o sistema econômico é um subsistema do ecossistema global; portanto, trata-se de incomensurável risco afetar o sistema maior, o meio ambiente; ii) sem exceção, estamos todos dentro de um mesmo sistema, e basicamente devemos ter em conta que tudo o que é extraído da natureza a ela retorna em forma de lixo (alta entropia); logo, quanto mais aumentarmos a extração/produção, mais aumentaremos a entropia (grau de desordem de um sistema). Nessa específica direção, vale lembrar de Nicholas Georgescu-Rogen (1906-

94), que em seu tempo, num tom quase profético, já alertava que "os níveis de crescimento da economia não mais poderiam prosseguir sem que as gerações futuras pagassem o ônus da irresponsabilidade".

Nicholas Georgescu-Rogen (1906-94) já alertava que "os níveis de crescimento da economia não mais poderiam prosseguir sem que as gerações futuras pagassem o ônus da irresponsabilidade".

Fazendo uso de uma linguagem de fácil compreensão, vale registrar algo importante: se estamos usando de forma intensa e extensivamente os recursos da natureza (vista como um "almoxarifado da economia"), parece óbvia a dedução de que seguimos por trilhas perigosas, colocando em apuro a civilização moderna. Parafraseando E. Gianetti, tanto nos desvencilhamos do caminho correto que o gênero humano, a torto e a direito, continua se especializando (santa estupidez a nossa!) em aumentar as tensões estruturais no relacionamento historicamente conflituoso entre a economia, a sociedade civil e o seu meio natural.



Segundo: gostemos ou não, já não é mais possível negar que **nossa conduta nos condena.** Perceptivelmente, **parece que vale tudo em prol do aumento da escala de produção material; inclusive devastar os ecossistemas.** Não é de se estranhar, assim, que permaneçamos cegos aos débitos ecológicos e visivelmente obcecados pela conquista material; tão obcecados que parece que fomos contaminados pela pleonexia (apetite insaciável de possuir bens materiais).

A rigor, interessamo-nos mais facilmente pelo produto final, e tão pouco pelo lugar de onde são retiradas as condições à realização do produto. Grosseiramente fazendo mea-culpa, a verdade é que nossa espécie Homo sapiens-imprudentis segue com devotado vigor destruindo os ecossistemas naturais numa velocidade assustadora, assim como também o faz em relação às formas de vida conhecidas (vide, por exemplo, o avanço da defaunação, i.e., a extinção de espécies, e a morte das florestas e de tudo o que nela existe).

Uma nova economia baseada em uma racionalidade ambiental

Sejamos claros e objetivos: o estágio atual de devastação do mundo natural exige que a comunidade humana se esforce no sentido de elaborar uma nova economia baseada em uma racionalidade ambiental, estabelecendo para tanto um novo modo de produção material adaptado ao equilíbrio climático e ambiental; portanto, longe do modelo de economia que hoje nos direciona que sequer

Aos mais céticos, serve de exemplo:

1) metade das florestas tropicais e temperadas do mundo já sumiu de nossas vistas;

2) de 1970 a 2008, houve a perda de 28% de toda a biodiversidade da Terra;

3) nas últimas cinco décadas, o número de espécies de vertebrados teve um declínio de 30% em todo o mundo;

4) mais de 50% do habitat selvagem foi completamente destruído em 49 dos 61 países tropicais do Velho Mundo;

5) entre 1970 e 2010, os sapiens-imprudentis destruíram 52% da fauna do planeta (notadamente as espécies de mamíferos, pássaros, répteis, anfíbios e peixes);

6) trinta e cinco por cento dos mangues do mundo e 20% dos recifes de coral foram totalmente destruídos desde o início dos anos 1980;

7) trinta e três por cento dos solos do mundo estão degradados, o que equivale a afirmar que perderam fertilidade, por isso não mais captam carbono da atmosfera, interferindo assim nas mudanças climáticas;

8) pelo sistema das águas, já atingimos o ponto crítico de despejar nos mares, todos os anos, 10% das 100 milhões de toneladas de plásticos produzidas no mundo. A estimativa para o ano de 2050, pasmem, chega a ser odiosa: haverá mais plásticos do que peixes nos mares.

respeita a capacidade de recuperação da Terra, isto é, a sua resiliência (do latim resiliens, a capacidade de voltar ao normal).

Com isso se quer destacar, fundamentalmente, que o mais importante valor da economia, contrariando o senso comum, é a natureza (matriz de nossa existência).

Sob essa inspiração, e abusando um pouco mais de uma linguagem cotidiana, deve ser devidamente esclarecido que está em jogo diversas consequências econômicas e sociais que são acarretadas por uma série de descompassos que o modo econômico de produção global leva ao meio ambiente. Essa série de descompassos - que tem peso significante - pode ser traduzida na alteração das condições climáticas (devido à queima de combustíveis fósseis; ou seja, na maneira como "funciona" a economia global); no empobrecimento biológico da Terra (resultante do aumento da perda de biodiversidade, como já mencionado) e na preocupante diminuição dos serviços ecossistêmicos, incluindo, entre outros, a captura de CO_2, a prevenção a erosão e desertificação, e a melhora da qualidade do ar.

Todo esse descompasso, ou seja, esse drama ecológico (se cabível for o termo), é mais bem percebido quando

são lançados olhares ao que ocorre na fronteira entre a economia e a ecologia; não deixando ainda de observar com redobrada atenção o que se passa pelo lado social, em especial junto às populações carentes (vulneráveis), reconhecidamente as mais afetadas pela crise ambiental. Nessa direção, é dado saber que a comunidade humana permanece numa situação completamente desconfortável. O calamitoso quadro social de necessidades humanas básicas ainda não atendidas atualmente é bem conhecido. Citemos apenas dois dos casos mais gritantes: um bilhão de habitantes do mundo enfrentam diuturnamente o drama da subalimentação, e 2,5 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico.

Um bilhão de habitantes do mundo enfrentam diuturnamente o drama da subalimentação, e 2,5 bilhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico.

Apenas em relação à falta de saneamento básico, notadamente a convivência com esgoto a céu aberto - situação essa que no Brasil, pasmem, alcança 1/3 das residências -, dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) mostram que 88% das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado. O mais odioso nisso tudo, cabe frisar, é a estimativa de morte de 1,5 milhão de crianças (menores de 5 anos) a cada ano por conta dessa vergonhosa situação. Singelo detalhe: o custo para se investir em saneamento básico e salvar vidas inocentes é ínfimo. Para cada um dólar gasto com tratamento de esgoto, são economizados quatro dólares em atendimento de saúde. No entanto, os "investimentos globais "frequentemente" tomam outro rumo.

Voltando nossa atenção à narrativa central aqui contextualizada, é o caso de perguntarmos se o crescimento econômico, traduzido na expansão da oferta de bens e serviços, pode colaborar promovendo a emancipação

desse contingente de necessitados e, a reboque, levar em consideração a necessidade de preservação do mundo verde? Partindo para uma rápida resposta, mas não deixando de observar a celeuma que envolve o crescimento (inovação tecnológica), a preservação da natureza (quando combinado ao termo crescimento sustentável) e a imediata possibilidade de melhorar a vida social, ouso levantar ao menos cinco pontos-chave que merecem reflexão.

1) O crescimento sustentável - seja dito, um oximoro – simplesmente é irreal, dado que a expansão da produção material colide, e contraria, com a necessidade de preservar a natureza (recursos materiais e energéticos). Fora isso, é impossível repetir o ritmo de crescimento que o século 20 assistiu, uma vez que a dimensão desse "movimento" já não mais se limita a ficar aquém das fronteiras ecossistêmicas (isso implica em dizer que a economia se tornou maior que as condições ecológicas).

2) A chamada ecoeficiência (fazer mais com menos), mesmo que seja intensificada e passe a contemplar, de uma vez por todas, um novo modo de produção econômica combinando a substituição de energias fósseis por renováveis e reduzindo o uso de recursos por unidade de produto, não traz garantia alguma de que compensará, no curto e longo prazos, os efeitos do crescimento econômico acelerado (efeito rebote / Paradoxo de Jevons).

3) No confronto entre o alto crescimento econômico e a baixa preocupação ecológica é preciso estar atento ao aparecimento dos "custos do crescimento", isto é, aquela situação em que os prejuízos ambientais superam os benefícios econômicos, condição que deve ser interpretada na convidativa expressão "crescimento deseconômico", termo criado por Herman Daly.

4) Embora tenhamos nos acostumado a medir desempenho econômico pelo nível de consumo material – erro grotesco, diga-se - é preciso não se desprender da compreensão de que há sim distinção entre crescimento e desenvolvimento, frisando, nesse estrito sentido, que crescer nada mais é do que promover o aumento da produção (ou seja, é atingir quantidade; ficar maior), ao passo que desenvolver se refere, basicamente, a conquistar bem-estar/bem-viver (logo, é atingir qualidade; ficar melhor).

5) Por fim, e guardando certa proximidade com o item anterior, sempre que possível deve-se evitar um mal-entendido: o aumento da riqueza de um País, quase sempre percebido no crescimento da economia, não corresponde em imediata melhoria da vida social; daí a constatação (ainda que não consensual) de que o crescimento, visto no mais das vezes como o beijo do Príncipe que desperta a Bela Adormecida, não é a solução de todos os males; e nem mesmo a elevação do PIB (reduzido a sinônimo de sucesso), cujos erros de interpretação são tão flagrantes quanto numerosos, pode ser apresentada, na prática, como indicador supremo de prosperidade/felicidade. O crescimento, cumpre realçar, pode até nos fazer mais ricos, mas certamente não nos deixará mais felizes. Nesse terreno movediço da economia, ouso opinar que, a partir de certo patamar de renda, o crescimento e a possibilidade de acúmulo material acabam, de fato, se descolando da felicidade/prosperidade.

Adaptar nosso jeito de viver aos meios ecológicos

Concluindo e falando ainda com certa simplicidade: tudo o que temos a fazer em prol da conquista de um mundo ecologicamente mais equilibrado (e socialmente próspero), consoante à relação existente entre o comportamento humano, a economia e o meio ambiente, é colocar nosso jeito de viver dentro dos meios ecológicos conhecidos, partindo da orientação máxima de que cabe à comunidade humana, com muita prudência, organizar todo o aspecto da economia produtiva que facilita a condição de vida humana. Portanto, a dedução feita aqui se refere sobretudo ao processo de mudança associado à consciência.

Indo direto ao assunto: diante de tudo o que temos presenciado, no mínimo é cabível dizer que a história da relação entre o Homem, a Economia, e a Natureza, não mais pode continuar avançando pelo "lado ruim". Inocência analítica à parte, a verdade é que temos tido pouco cuidado (care) com o planeta, a "Casa Comum" (nessa feliz expressão empregada pelo Papa Francisco, em sua Circular "Laudato Sí") de todos.

Vale enfatizar: nada pode ser superior à defesa da vida. Se o aumento produtivo dos dias de hoje vem ocorrendo na contramão do equilíbrio ecológico – afetando sobremaneira a qualidade social da vida humana - aproximando-nos assim de um perigoso colapso ambiental, acelerando de vez o impasse civilizatório, somente nos resta, com alguma coragem, engendrar um percurso diferente de tudo o que fizemos até agora. Em rápidas e conclusivas palavras: para o pleno sucesso dessa ação, me posiciono ao lado daqueles que ousam acreditar que a comunidade humana, antes de mais nada, carece assimilar com muita responsabilidade o que disse John Sawhill (1936-2000), ex-presidente da The Nature Conservancy: "No final, nossa sociedade será definida não somente pelo que criamos, mas pelo que nos recusamos a destruir. A escolha é nossa".

POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL GERADAS PELA LEI COMPLEMENTAR 161/ 2018:

PERSPECTIVAS PARA AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COM A MOVIMENTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Por Fabiana Ferreira da Silva[1]

1. INTRODUÇÃO

Desde a sua criação, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo sempre buscou fomentar o desenvolvimento econômico e a inclusão financeira da população brasileira. Para tanto, muitos são os obstáculos enfrentados e os desafios a serem vencidos, especialmente em um País como o Brasil, com grandes dimensões continentais, diferenças culturais e um sistema político complexo.

Atualmente, um dos maiores desafios enfrentados pelo Cooperativismo de Crédito é a busca por oportunidades e meios para a expansão sustentável de serviços financeiros acessíveis a todos. O Projeto de Lei n° 100/ 2011, que deu origem à Lei Complementar n° 161/ 2018, foi criado visando ampliar o número de assistidos pelas cooperativas de crédito nas mais distantes regiões do País. Sua finalidade é permitir às cooperativas financeiras movimentarem recursos públicos por meio de depósitos efetuados por órgãos municipais.

Contudo, para que esses repasses venham a gerar reflexos na economia local por meio de concessão de crédito, pontos do atual modelo de gestão das cooperativas de crédito precisariam ser revistos. Existe, ainda, a questão dos limites prudenciais aplicáveis à captação de recursos dos municípios por parte das cooperativas de crédito, regulamentados pela Resolução

[1] FABIANA FERREIRA DA SILVA

Economista, graduada pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Finanças e em Contabilidade Pública. Cursando MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito pela USP/ ESALQ. Atualmente, Analista no Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop.

n°4.659/ 2018 do Banco Central. O dispositivo ainda reforça que as cooperativas de crédito não terão os municípios como cooperados e a movimentação de suas disponibilidades de caixa será feita em conta corrente.

Atualmente, um dos maiores desafios enfrentados pelo Cooperativismo de Crédito é a busca por oportunidades e meios para a expansão sustentável de serviços financeiros acessíveis a todos.

A aprovação da Lei Complementar n° 161/ 2018, foi considerada, pelo movimento cooperativista, uma conquista e um marco histórico. Conhecendo os efeitos positivos sobre a economia gerados pela maior oferta de crédito e inclusão financeira, é possível afirmar que a nova medida legal virá a contribuir no apoio às cooperativas de crédito na busca pelo desenvolvimento econômico mais equânime entre as regiões brasileiras.

2. BREVE HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

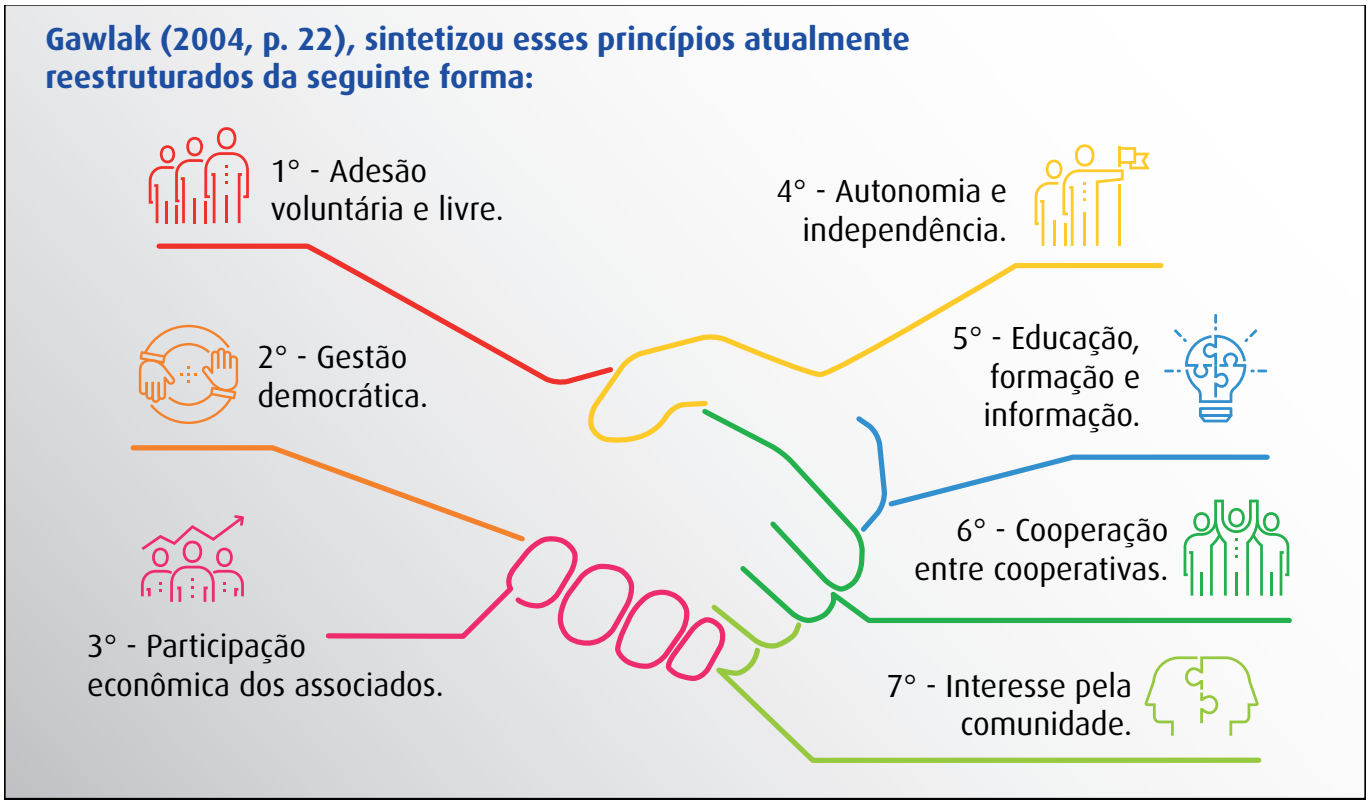
A palavra cooperativismo vem da ideia de associação, colaboração. É uma doutrina sociocultural fundamentada no trabalho realizado em conjunto e auxílio mútuo visando o progresso social e econômico.

O movimento cooperativista surgiu na Inglaterra, no final do Século XVIII, período em que a economia liberal e seus reflexos sociais negativos, assim como a exploração dos trabalhadores e a segregação social advindos da Revolução Industrial, levaram a uma grande insatisfação da população. Dessa forma, o cooperativismo surgiu, basicamente, como uma alternativa econômica e política ao regime capitalista.

A doutrina surgiu acompanhada dos chamados Princípios Cooperativistas, que são alicerçados na ideia de desenvolvimento econômico e na busca pelo bem-estar social.

As cooperativas se dividem em diversos ramos, dentre eles, as Cooperativas de Crédito. Estas não possuem finalidade lucrativa e são responsáveis por oferecer, aos seus associados, serviços financeiros semelhantes aos de um banco convencional. Nas instituições financeiras cooperativas, o cliente é proprietário e gestor. Como o foco não é a maximização do lucro, os rendimentos auferidos são redistribuídos aos cooperados e utilizados para cobrir seus custos de funcionamento. As taxas de juros cobradas são significativamente menores que as apresentadas pelo mercado. Nesse sentido têm se tornado mais atraentes ao público, que passa a conhecer melhor seu funcionamento.

Gawlak (2004, p. 22), sintetizou esses princípios atualmente reestruturados da seguinte forma:



ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

No Brasil, o cooperativismo de crédito chegou com os imigrantes alemães e italianos, especialmente na região Sul do País, onde surgiu em 1902, a primeira cooperativa de crédito no Brasil e na América Latina, SICREDI Pioneira RS. O modelo aqui implantado, e com grande sucesso, foi o desenvolvido pelo pioneiro do cooperativismo, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, com a iniciativa do Padre Jesuíta Teodoro Amstadt (Pinheiro, 2008).

Ao longo de sua instalação no País, o cooperativismo de crédito recebeu grande influência de doutrinas de origem europeia, passando dos sistemas Raiffeisen e Luzzati (modelo italiano) para o Desjardins, de origem canadense, que chegou ao Brasil no final dos anos 50.

Atualmente, as cooperativas de crédito brasileiras se organizam em sistema de três níveis e estão segmentados da seguinte forma:

- Cooperativa de 1° grau ou Singular: presta serviços diretamente ao associado. É constituída por, no mínimo, vinte cooperados;

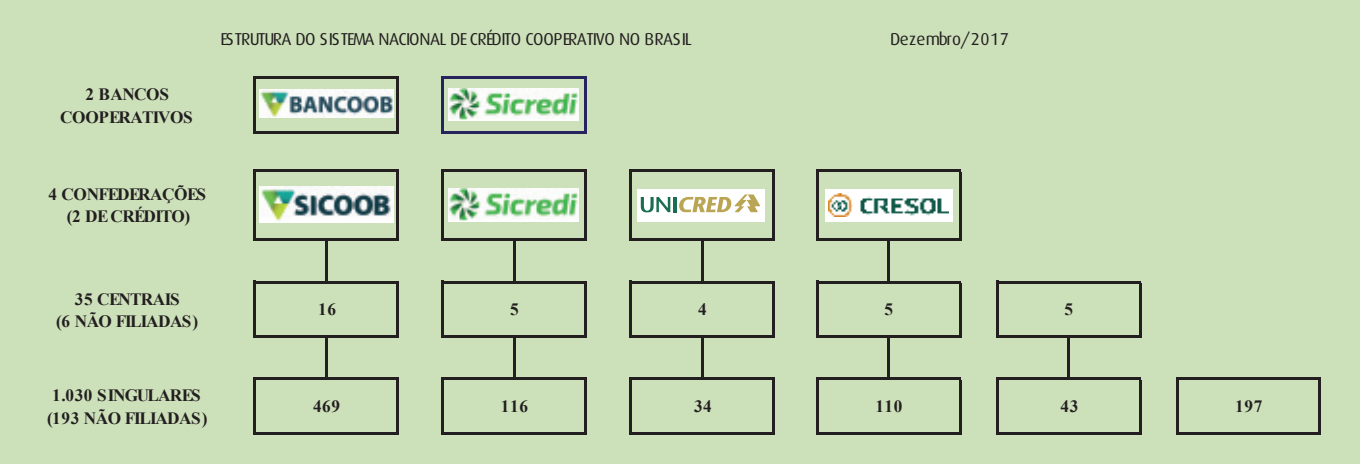
- Cooperativa de 2° grau ou Central: organiza em maior escala os serviços das filiadas. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares;

- Cooperativa de 3° grau ou Confederação: possui personalidade jurídica de direito próprio e são formadas, por no mínimo, três Centrais.

A organização em sistemas favorece a economia de escala, isto é, a utilização máxima de serviços e concentração de processos, resultando em transações e produtos financeiros de menor custo.

A atual estrutura no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC – é composta da seguinte forma, também detalhada na Figura 2.1:

Figura 2.1 - Estrutura do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo no Brasil



Fonte: Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop (2017). Disponível em: http://www.fgcoop.coop.br/noticias-e-avisos.

Completando a representação do SNCC, existem ainda as seguintes instituições do setor cooperativo que constituem o Sistema:

Organização das Cooperativas do Brasil (OCB): entidade privada, sem fins lucrativos, que congrega todas as cooperativas brasileiras de todos os ramos. Zela pelos serviços de assistência e orientação a todo Sistema Cooperativo. Atua determinando políticas e diretrizes, além de exercer a representação sindical patronal das cooperativas;

A organização em sistemas favorece a economia de escala, isto é, a utilização máxima de serviços e concentração de processos, resultando em transações e produtos financeiros de menor custo.

Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop): associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de abrangência nacional, responsável por proteger depositantes e investidores associados. Suas atividades são devidamente regulamentadas pelo Banco Central. A entidade foi criada para proporcionar maior credibilidade, segurança e competitividade ao setor do cooperativismo de crédito, contribuindo para manutenção de sua estabilidade.

LEI COMPLEMENTAR N° 161/ 2018: SINAL VERDE PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS

Por iniciativa do próprio movimento cooperativista, foi apresentado o Projeto de Lei Complementar n° 100/ 2011, que propõe a alteração do §1° do artigo 2° da Lei Complementar n° 130 de 2009, cujo texto ficaria assim descrito: "A captação de recursos e a concessão de créditos e garantias devem ser restritas aos associados, ressalvados a captação de recursos dos Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controlados..." Essa alteração indica a possibilidade de que entes públicos municipais venham a movimentar suas disponibilidades de caixa em cooperativas de crédito.

Seguindo a lógica econômica cooperativista, isto é, gerar riqueza que deverá ser distribuída de maneira equânime, de modo que resulte em diminuição de

desigualdade social, a intenção era constituir um regulamento que promovesse o crescimento das cooperativas de crédito, especialmente em municípios, visando o desenvolvimento regional mais equilibrado no País, servindo aos interesses coletivos.

A economia cooperativista busca gerar riqueza e distribuí-la de forma equânime, resultando na diminuição de desigualdade social.

De 2011 até 2017, com intensa participação da Organização das Cooperativas Brasileiras, OCB, unida à Frente Parlamentar do Cooperativismo, FRENCOOP, sucedeu-se a aprovação do texto e o seu posterior envio à sanção. Em 04 de janeiro de 2018, o projeto tornou-se Lei consolidando, finalmente, as condições legais para a movimentação de recursos públicos em instituições financeiras cooperativas.

Neste estudo, a análise exploratória foi considerada, uma vez que os efeitos da Lei Complementar 161/2018 sobre o crescimento das cooperativas de crédito não foram efetivamente estudados. Nesse caso, a partir de marcos teóricos comuns às cooperativas de crédito e o desenvolvimento econômico regional, buscou-se examinar as relações existentes entre a expansão dessas instituições, a oferta de crédito e seus reflexos sobre as economias locais.

DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS – INFLUÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Embora seja reconhecida a relação positiva entre oferta de crédito e crescimento econômico, faltam ainda maiores estudos empíricos que sustentem a mesma relação entre a expansão do cooperativismo de crédito e suas implicações para o desenvolvimento econômico regional. Jaques e Gonçalves (2016) relatam que ainda existem controvérsias quando se busca a relação de causalidade entre a expansão do sistema financeiro e o crescimento econômico.

Meinen e Port (2014) expõem a afinidade entre os objetivos do Estado e a lógica na organização das cooperativas. Por possuírem valores fundamentados no desenvolvimento econômico sustentável, as instituições financeiras cooperativas podem atuar em políticas públicas orientadas à inclusão financeira, favorecendo assim, o desenvolvimento econômico regional.

Seguindo esse pensamento, Búrigo (apud Servet; Vallat, 2001, p.13) menciona que a escassez de

Instituições financeiras cooperativas podem atuar em políticas públicas e favorecer o desenvolvimento econômico regional.

organizações financeiras locais que conheçam a fundo as necessidades de seus clientes é vista como uma forma de exclusão social. O microcrédito, reconhecido instrumento de concessão de empréstimos a baixíssimo custo para pequenos grupos sem acesso ou com acesso precário ao sistema de crédito tradicional, tem se apresentado como alternativa viável e com resultados positivos nas políticas públicas voltadas para inclusão financeira.

Schuntzemberger (2015) e Jaques e Gonçalves (2016), realizaram pesquisas sobre a relação causal, utilizando o estimador de diferenças-em-diferenças (DD) para mensurar o efeito econômico das cooperativas de crédito nos municípios. Os resultados obtidos nas amostras observadas demonstraram que é positivo o efeito da presença de instituições financeiras cooperativas sobre o PIB local. A inclusão financeira pode ter dado suporte a esse efeito.

Outras investigações que relatam a experiência positiva envolvendo a relação das cooperativas de crédito com o crescimento econômico, especificamente no meio rural, foram descritas por Magalhães & Junqueira (2007) e Búrigo (2010). As pesquisas compreendem análises em regiões habitadas por populações de baixa renda, constituídas por agricultores familiares, cujo acesso aos serviços bancários era precário ou até mesmo inexistente. Com a atuação das cooperativas de crédito se fazendo presente naquela região, o novo cenário apresentou avanços no desenvolvimento econômico e social.

3. ANÁLISE DESCRITIVA – DIFERENÇAS REGIONAIS

Inicialmente, foi feito um levantamento da quantidade de municípios assistidos e desassistidos por região e estado no Brasil, conforme demonstrado na Tabela 4.1. Os dados foram colhidos do Banco Central do Brasil, IBGE e do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito, período 2017.

Na Tabela 3.1, dos 5.570 municípios observados, verificou-se que 2.544 são assistidos, por pelo menos, uma cooperativa de crédito, sendo que o estado de Minas Gerais possui 64 municípios com atendimento exclusivo, seguido do Rio Grande do Sul com 49 municípios cobertos. Em termos regionais, a região Sul apresenta uma distribuição mais equilibrada de cooperativas e postos de atendimento, como pode ser observado na referida tabela. Chamam a atenção as regiões Norte e Nordeste, pelo baixo quantitativo de assistidos por cooperativas financeiras. Também apresentam o menor nível de atendimento em comparação com as demais regiões brasileiras, em termos proporcionais, com distribuição bastante irregular de pontos de atendimento. Rondônia, no entanto, segue com 3 cooperativas de crédito, detendo maior participação no segmento financeiro.

As regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, conhecidas por incluírem os estados mais desenvolvidos do País, mantêm-se como as que mais evidenciam o número de assistidos pelas instituições cooperativas e por apresentarem distribuição mais equilibrada de postos de atendimento, embora ainda existam estados com atendimento precário, como Mato Grosso e Distrito Federal. Deve-se considerar estes estados como potenciais, avaliando as possibilidades de expansão de cooperativas. Essa perspectiva, muito possivelmente, está relacionada à expansão da fronteira agrícola observada nessa região ultimamente.

As regiões que incluem os estados mais desenvolvidos do Brasil são as que mais evidenciam o número de assistidos pelas instituições cooperativas.

Outra questão muito debatida é sobre a ausência de agências bancárias comerciais em municípios considerados "muito pequenos" ou distantes e que, por não oferecerem oportunidade de lucro, sofrem com a exclusão e isolamento do Sistema Financeiro. Assim, em seu papel, as cooperativas de crédito poderiam contribuir com a inclusão financeira, visto que elas alcançam essas regiões mais pobres. A demanda por crédito por parte de empresários e agricultores pode ser plenamente atendida por cooperativas singulares, visto que em outras regiões do País, apresentam maior expressão no atendimento às comunidades locais. A LC 161/ 2018 surge como incentivo à expansão das cooperativas e à oferta de crédito, pois favorece a busca por novas fontes de recursos.

Tabela 3.1 – Relação de municípios assistidos e desassistidos por cooperativas de crédito por região e estado.

Estado/ Região	Cooperat.	Agências	PAA/PAB	Cooperat. + Ag.	Cooperat. + PAA/PAB	Ag. + PAA/PAB	Coop + Ag. + PAA/PAB	Desassit.
Norte	**3**	**78**	**133**	**38**	**19**	**95**	**44**	**40**
AC	-	1	4	1	-	11	3	2
AM	-	26	20	3	-	12	1	-
AP	-	3	6	-	-	5	1	1
RR	-	1	9	-	-	4	1	-
PA	-	34	27	9	-	26	18	-
TO	-	13	66	4	6	7	6	37
RO	3	-	1	21	13	-	14	-
NORDESTE	**3**	**344**	**657**	**62**	**28**	**375**	**85**	**240**
MA	-	59	86	8	3	41	9	11
PI	-	29	83	2	-	11	2	97
CE	-	44	71	7	-	55	7	-
RN	-	24	77	1	-	15	3	47
PB	2	11	96	2	1	36	10	65
PE	-	33	59	8	2	72	11	-
AL	-	20	45	5	-	22	2	8
SE	-	22	16	-	-	24	2	11
BA	1	102	124	29	22	99	39	1
SUDESTE	**64**	**203**	**240**	**271**	**188**	**220**	**476**	**76**
MG	64	53	158	178	112	44	188	56
ES	-	4	-	21	-	2	51	-
RJ	-	27	-	10	-	28	27	-
SP	-	119	82	62	6	146	210	20
CENTRO-OESTE	**12**	**61**	**90**	**92**	**45**	**39**	**100**	**28**
MT	10	7	17	28	23	-	51	5
MS	1	7	11	23	5	14	18	-
GO	1	47	62	41	17	25	30	23
DF	-	-	-	-	-	-	1	-
SUL	**90**	**30**	**41**	**398**	**244**	**25**	**352**	**11**
PR	31	15	26	126	71	12	109	9
RS	49	14	10	188	79	12	143	2
SC	10	1	5	84	94	1	100	-
TOTAL	**172**	**716**	**1.161**	**861**	**454**	**754**	**1.057**	**395**

Fonte: BC, IBGE e FGCoop – Dezembro (2017). Adaptado.

3.2 FLUXO DE DEPÓSITOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Através de uma análise comparativa entre os fluxos de depósitos e operações de crédito das instituições cooperativas e os bancos comerciais, é possível compreender a importância desses fluxos para geração de crédito, em especial por parte das cooperativas, foco do estudo.

CONSOLIDADO BANCÁRIO COMERCIAL			COOPERATIVAS DE CRÉDITO			
REGIÃO	OP. CRÉDITO	DEPÓSITO	OP. CRÉDITO	%	DEPÓSITO	%
NORTE	60.000.003	59.205.932	2.953.491	4,92%	2.340.429	3,95%
NORDESTE	209.375.795	245.992.101	3.646.726	1,74%	4.621.415	1,88%
SUDESTE	1.775.063.269	1.299.791.988	26.922.332	1,52%	30.232.719	2,33%
CENTRO-OESTE	245.706.841	160.747.992	14.839.534	6,04%	12.929.506	8,04%
SUL	299.883.184	327.991.086	45.545.035	15,19%	55.069.636	16,79%
TOTAL BRASIL	**2.590.029.092**	**2.093.729.099**	**93.907.119**	**3,63%**	**105.193.705**	**5,02%**

Fonte: BC, IBGE e FGCoop – Dezembro (2017). Adaptado.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3.2, as cooperativas de crédito da região Sul apresentam um maior nível de movimentação, tanto em depósitos como em operações de crédito, com 16,79% e 15,19%, respectivamente, percentuais obtidos em comparação com os mesmos dados sobre o consolidado dos bancos comerciais. Em seguida, destaca-se a região Centro-Oeste com as maiores movimentações. A região Nordeste evidencia os menores níveis de atuação das instituições cooperativas, tanto para depósitos, quanto para operações de crédito.

A maior parcela de créditos concedidos pelas cooperativas é destinada ao grupo de pessoas jurídicas, atendendo às políticas de estímulo ao empreendedorismo.

Aqui não foi aprofundada a análise sobre o volume de operações de crédito por tipo de pessoa (física e jurídica) e as composições das carteiras de crédito, embora na pesquisa, seja reconhecida a maior influência do grupo pessoas jurídicas na economia. A este grupo é destinada a maior parcela de créditos concedidos pelas cooperativas, atendendo às políticas de estímulo ao empreendedorismo, pois geram emprego e renda nas pequenas comunidades locais.

Mesmo com a crescente expansão das cooperativas de crédito no Brasil, ainda pode se considerar tímida a participação dessas instituições no mercado financeiro. Os bancos comerciais ainda atuam com maior expressão, embora as cooperativas disponibilizem produtos e serviços com taxas menores e propiciem a inserção financeira.

PERSPECTIVAS PARA A EXPANSÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

A edição da LC 161/ 2018, da Resolução n° 4.659 de 2018, que dispõe sobre os requisitos prudenciais para captação, por cooperativas de crédito, de recursos públicos municipais, proporcionou um ambiente legal seguro e mais ágil para que as cooperativas de crédito movimentem esses fundos. Ainda assim, a captação desses recursos, está condicionada ao valor de depósito garantido pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é de até R$ 250 mil, tanto para pessoa jurídica como para pessoa física. Acima deste limite devem passar pela análise

e autorização por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Mas para o que se almeja com o novo dispositivo legal, isto é, gerar crédito para concessão de financiamentos e empréstimos pelas cooperativas, é necessário um volume maior para movimentação e sem embaraços legais. Mesmo diante desse desafio, a perspectiva para a expansão das instituições cooperativas pode ser considerada positiva, desde que desenvolvam estratégias que propiciem a ampliação da oferta de recursos para investimentos destinados a setores específicos da economia.

As cooperativas de crédito têm realizado um papel atuante nas políticas de inclusão financeira desenvolvidas pelo poder público. Dessa forma, se o Estado tem real disposição para mitigar as desigualdades regionais, deve estar aberto para atender ações e projetos que permitam a inclusão e educação financeira do público desassistido pelo Sistema Financeiro Nacional. Como alternativa, as cooperativas de crédito apresentam-se como potencial instrumento a favor da comunidade local, por atuarem onde os bancos comerciais não têm interesse. Elas possuem meios de acesso à poupança e ao crédito e são mecanismos de orientação e educação fi nanceira aos seus associados (FREITAS et al., 2009).

Se o Estado tem real disposição para mitigar as desigualdades regionais, deve estar aberto para atender ações e projetos que permitam a inclusão e educação financeira do público desassistido pelo Sistema Financeiro Nacional.

O papel do Estado em conjunto com as cooperativas de crédito é propiciar um ambiente econômico inclusivo, com um permanente diálogo entre os atores sociais, esferas pública e privada, na busca de um sistema financeiro mais equilibrado e na construção do desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, a rubrica contábil-financeira "disponibilidade de caixa" alcança um papel mais amplo, isto é, ser uma nova fonte de recursos para investimentos, sem que isso venha a ferir algum princípio legal. As instituições cooperativas poderão gerir tais recursos sem a necessidade de ter como associados os entes municipais, seus órgãos ou entidades controladas. Às cooperativas será retribuída a remuneração adequada, ou seja, a de mercado.

4. EVOLUÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNANÇA E CONTROLE INTERNO COM O NOVO MARCO LEGAL

Dimensionar possíveis riscos relacionados à gestão de recursos de origem pública em cooperativas de crédito, assim como o risco de imagem, é um grande desafio. Por parte das cooperativas, para cumprir os princípios de governança é imprescindível a aplicação de controles internos efetivos no que se refere à competente administração desses recursos, a fim de se evitar ingerências políticas. É conveniente a adoção de procedimentos que protejam a imagem e reputação das sociedades cooperativas.

Questões relacionadas à transparência, eficiência e eficácia de operações, demonstradas em relatórios contábeis com informações financeiras confiáveis, são alguns dos instrumentos de controle essenciais para reduzir erros e irregularidades. A LC 161/ 2018, acompanhada da Resolução n° 4.659/ 2018, já traz diretrizes que podem nortear a elaboração de normas de controles internos. Analisando especialmente a Res. 4.659/ 2018, em seu art. 3°, o dispositivo menciona que o valor dos recursos captados de cada município que excederem o limite de cobertura assegurado pelos fundos garantidores de crédito deverão ser aplicados em títulos públicos federais livres, além de estarem assegurados em conta de custódia própria das cooperativas no Sistema de Liquidação e Custódia (Selic).

Transparência, eficiência e eficácia de operações são alguns dos instrumentos de controle essenciais para reduzir erros e irregularidades.

Quanto às cooperativas centrais de crédito, conhecendo que a elas é facultada a política de aplicação centralizada de recursos, estas precisarão ajustar suas normas para que contenham diretrizes específicas para aplicação dos recursos captados dos municípios, além de controles internos preparados para identificar o cumprimento da nova resolução por parte, também, das cooperativas filiadas.

Em se tratando de governança, a Res. 4.659/ 2018, do mesmo modo, deixa clara a devida posição dos órgãos estatutários das cooperativas de crédito. O art. 6° veda à cooperativa a captação de recursos de municípios cujos prefeitos, vice-prefeitos ou secretários municipais sejam diretores ou membros de conselho de administração. Verifica-se, aqui, a importância de separar política e administração, e se colocam diante das cooperativas os desafios que deverão encontrar para manter sua autonomia, implementar propostas e atuar com o seu processo de governança sem interferências políticas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cooperativas de crédito, por sua natureza e flexibilidade, são consideradas instrumentos de desenvolvimento regional com características economicamente e socialmente sustentáveis. Sua proximidade com as comunidades locais e entes públicos municipais faz das cooperativas instituições reconhecidamente capazes de harmonizar suas políticas creditícias e gestão de poupança à realidade local.

O mercado financeiro bancário, altamente concentrado e competitivo, segue buscando lucro e, consequentemente, excluindo cidadãos com menores condições aquisitivas. Nesse cenário, surgem novos agentes, entre eles as cooperativas de crédito, estruturadas por cidadãos que administram seus próprios recursos, e estão voltadas para servir aos interesses e projetos da coletividade.

Dentro de um ambiente regulatório seguro e dinâmico, o movimento cooperativista vem buscando aprimorar suas atividades, alcançando áreas de atuação, regiões e pessoas, de forma a levar justiça e inclusão econômica e social. Normativos que promovam a ampliação do papel dessas instituições, respaldando projetos e ações com ampla capilaridade, apresentam relevante função pública, pois se ajustam às políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

A Lei Complementar 161/ 2018, agora em vigor, foi idealizada visando criar condições legais que propiciem o crescimento das cooperativas de crédito, especialmente em regiões até então, desassistidas por instituições bancárias. O presente estudo, não indicou resultados determinísticos que permitam afirmar que o novo regulamento levará à expansão de cooperativas financeiras e o aumento na oferta de crédito. A perspectiva positiva de seus efeitos leva em consideração investigações empíricas que relacionam a presença de instituições cooperativas e desenvolvimento econômico local. Todavia, essa conjuntura, dependerá

de estratégias que elevem a atuação das cooperativas de crédito, tendo em vista que a presença de instituições cooperativas promove, em regiões onde atuam, inclusão financeira e condições adequadas para um crescimento econômico sustentado.

As políticas públicas no Brasil devem abarcar medidas que incentivem o crescimento das cooperativas de crédito acompanhadas de políticas de incentivo ao microcrédito, que atualmente é considerado como meio impulsionador da atividade produtiva, gerador de renda e emprego. As cooperativas estão qualificadas para atender satisfatoriamente a essa demanda, pois é de sua natureza atender estratos sociais e municípios em regiões mais carentes do País com serviços financeiros e tecnologia de produtos desenvolvidos especificamente para as microfinanças.

Os desafios mais relevantes que a nova legislação impõe se referem à questão de sua autonomia ao gerir recursos de origem pública. Seu ambiente de controle interno deve estar em plena sintonia com a nova regulamentação, atendendo à supervisão do BACEN, devendo se estender das centrais até as cooperativas singulares. A governança cooperativa precisará estar bem estruturada, oferecendo transparência aos associados. O crescimento sustentado da cooperativa financeira dependerá de sua credibilidade no ambiente econômico. Sua atuação deverá demonstrar imparcialidade política e, principalmente, cumprir sua função de inclusão fi nanceira. Certamente, o novo cenário legal favorece as instituições fi nanceiras cooperativas, proporcionando um ambiente regulatório mais seguro e favorável à expansão de suas operações em nível regional, contribuindo progressivamente com o crescimento econômico equânime nos mais distantes municípios brasileiros.A perspectiva positiva de seus efeitos (LC 161/2018) leva em consideração investigações empíricas que relacionam a presença de instituições cooperativas e desenvolvimento econômico local. Todavia, essa conjuntura, dependerá de estratégias que elevem a atuação das cooperativas de crédito.

Para uma maior compreensão sobre a viabilidade de implantação de novos postos de atendimento em municípios mais distantes, o presente estudo sugere uma análise mais aprofundada sobre o nível das transferências correntes e receitas municipais a serem movimentados nas cooperativas de crédito.

Referências

- ANDRADE, Marcelo Machado Teixeira; DINIZ, Eduardo H. Previsão de informações para avaliar políticas públicas: O Caso da Inclusão Financeira. RAC, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, art. 5, p. 508-524, Jul./Ago. 2015. Disponível em:<http://www.anpad.org.br/rac>. Acesso em: set. 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL/CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. Resolução 4.659, de 26 de abril de 2018. Dispõe sobre os requisitos prudenciais aplicáveis à captação, por cooperativas de crédito, de recursos de Municípios, de seus órgãos ou entidades e das empresas por eles controladas, e sobre o correspondente cálculo da garantia prestada pelos fundos garantidores de que trata o art. 12, inciso IV, da Lei Complementar n° 130, de 17 de abril de 2009.
- CHAVES, S.S. (2011) O cooperativismo de crédito no Brasil: evolução e perspectivas. In: Desafios do Sistema Financeiro Nacional: o que falta para colher os benefícios da estabilidade conquistada. Elsevier-Campus, Rio de Janeiro, p. 69-97.
- FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. Relatório do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo – SNCC, 4º trimestre de 2017. Disponível em: <http://www.fgcoop.coop.br/relatorio-sncc-trimestral>. Acesso em: 20 set. 2018.
- FREITAS, Márcio Lopes; DAMIAN, Denise; GIUSTI, Silvio. Cooperativas de crédito: inclusão financeira com impactos sociais positivos. In: FELTRIM, VENTURA, DOLT (Coords). Inclusão Financeira: Perspectivas e desafios para inclusão financeira no Brasil-Visão de diferentes autores. Banco Central do Brasil, 2009.
- JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O. (2016) Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. Economia e Sociedade, Campinas, v. 25, n. 2 (57), p. 489-509. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v25n2/0104-0618-ecos-25 >. Acesso em: 05 ago. 2018.
- MEINEN, E. (2016). O Cooperativismo financeiro: virtudes e oportunidades. Ensaios sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Editora Confebras, Brasília.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/CONGRESSO NACIONAL. Lei Complementar 161, de 4 de janeiro de 2018. Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo.
- SCHUNTZEMBERGER, A. M. S.; JACQUES, E. R.; GONÇALVES, F. O.; SAMPAIO, A.V. (2015) Análises quase-experimentais sobre o impacto das cooperativas de crédito rural solidário no PIB municipal da agropecuária. RESR, Piracicaba - SP, v. 53, n. 3, p. 497-516. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v53n3/1806-9479-resr-53-03-00497.pdf > Acesso em: 10 ago. 2018.

COFECON LAMENTA O FALECIMENTO DO ECONOMISTA MÁRIO SÉRGIO SALLORENZO

Por Manoel Castanho

Na tarde de 02 de outubro o sistema Cofecon/Corecons perdeu um de seus economistas mais atuantes: faleceu em Brasília, aos 71 anos, o presidente do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal (Corecon-DF) e ex-vice-presidente do Cofecon (2010 e 2011), Mário Sérgio Fernandez Sallorenzo.

Mário Sérgio graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1969) e em Administração pela Universidade de Brasília (1974). Obteve o Mestrado em Ciências Econômicas pela Fundação Getúlio Vargas/RJ (1976) e o doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (2007), onde também foi pesquisador do Grupo de Estudos sobre Sociologia Econômica. Desenvolveu sua carreira na Secretaria da Receita Federal, no Cade, na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e no Ministério dos Transportes. Também foi professor da Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (UniDF) desde 1977, lecionando as disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia e Introdução à Economia.

Acervo Cofecon

Ao falar sobre assuntos econômicos, Sallorenzo demonstrava especial preocupação com o lado humano da economia. Em dezembro de 2017, por ocasião da visita do então pré-candidato à presidência Ciro Gomes à Universidade Católica de Brasília, queixou-se da polarização em que se dá o debate econômico no momento. "Estamos à beira de conflitos por qualquer besteira. Temos que encerrar esse Fla-Flu, que só vai trazer mais dor. Minha vontade é de ver discutidas as questões efetivas do povo brasileiro. Daqueles mais excluídos. Porque não se faz economia sem o povo", afirmou.

Também costumava dizer que "com meia dúzia de equações você constrói um modelinho econômico pífio. Mas não se pode esquecer que cada uma destas equações é habitada por gente". Sempre teve grande interesse pelo tema do superendividamento e as formas de sair deste quadro e, em anos mais recentes, sua atenção foi atraída para a sociologia econômica.

Trajetória no Sistema Cofecon/ Corecons

Com uma longa trajetória no Sistema Cofecon/ Corecons, Sallorenzo foi presidente do Corecon-DF nos anos de 1993, 2001, 2002, 2007, 2008, 2017 e 2018. Foi homenageado em vida pelo Regional, que deu seu nome ao auditório da autarquia, localizado no edifício Antônio Venâncio da Silva. Já no Cofecon, além de ter sido conselheiro nos períodos 2003-2005 e 2009-2011, foi duas vezes eleito vice-presidente na chapa de Waldir Pereira Gomes, em 2010 e 2011. A primeira eleição, inclusive, foi realizada no auditório que leva seu nome.

Um dos grandes legados da gestão 2010/2011 foi o planejamento estratégico do Cofecon, que norteou a atuação da entidade nos anos seguintes e cuja elaboração contou com a participação de conselheiros federais e presidentes de Regionais de todo o Brasil. Mário Sérgio também teve atuação específica na Comissão de Educação

e no acompanhamento do Projeto de Lei do Senado 658/07, que atualiza a legislação da profissão de economista. Em 2008, quando o projeto caminhava para uma aprovação na Comissão de Assuntos Sociais em termos contrários aos interesses dos economistas, em especial quanto ao campo de atuação profissional, articulou junto ao senador Cristovam Buarque a tramitação do projeto em outras duas comissões. Mais recentemente, quando o Cofecon trabalhou na construção de um entendimento com os conselhos federais de Administração e Contabilidade sobre os pontos do projeto em que havia divergências, Mário Sérgio também participou de várias reuniões.

Mário Sérgio teve atuação específica na Comissão de Educação e no acompanhamento do Projeto de Lei do Senado 658/07.

Teve grande participação na minha gestão. Foi um homem muito respeitado no Sistema, uma perda muito grande para todos nós, irreparável".

O presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, também expressou sua tristeza pelo ocorrido. "Um economista e ser humano extremamente digno, que prestou contribuições inestimáveis aos profissionais economistas e às entidades do Sistema Cofecon/Corecons. Participou ativamente, nos últimos anos, do processo de fortalecimento do Conselho Federal de Economia, com suas convicções do ponto de vista social sempre de caráter progressista. Além da atuação profissional, por considerá-lo meu amigo pessoal, trata-se de uma perda irreparável".

Um dos últimos eventos que participou foi o seminário com assessores econômicos dos presidenciáveis, organizado pelo Corecon-DF em parceria com o Cofecon e realizado no dia 25 de julho, no auditório do Memorial Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília (UnB). Na ocasião, afirmou que a esperança de construir um mundo melhor está nas mãos dos jovens. "Seria muito interessante que uma dia nós deixássemos de votar em pessoas para votarmos em ideias, na certeza de que essas ideias serão efetivamente defendidas por pessoas corretas, adequadas em todo o sentido", observou.

"COM MEIO DÚZIA DE EQUAÇÕES VOCÊ CONSTRÓI UM MODELINHO ECONÔMICO PÍFIO. MAS NÃO SE PODE ESQUECER QUE CADA UMA DESTAS EQUAÇÕES É HABITADA POR GENTE."

- MÁRIO SÉRGIO SALLORENZO

Waldir Pereira Gomes, ex-presidente do Cofecon, falou sobre a trajetória de seu vice. "Mário Sérgio fez parte da história de um grupo que lutou para assumir novas diretrizes para a autarquia. Na ocasião houve uma luta árdua para que chegássemos ao plenário e posteriormente à presidência", recordou Waldir. "Na vice-presidência ele tinha muita experiência, ajudou muito nas decisões que precisei tomar como presidente, nas orientações e na implementação de nova forma de gestão do Cofecon.

ECONOMISTAS NORDESTINOS DISCUTIRAM, EM IMPERATRIZ (MA), OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA REGIÃO

Por Natália Kenupp

Os principais desafios econômicos nordestinos foram objeto de debate do XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE), que reuniu mais de 100 pessoas, entre profissionais e estudantes universitários, em Imperatriz, no Maranhão. O evento ocorreu de 30 de outubro a 1º de novembro e foi realizado pelo Conselho Regional de Economia da 15ª Região – Maranhão, com o apoio do Conselho Federal de Economia e de diversos Corecons.

O presidente do Corecon-MA, Frednan Bezerra dos Santos, destacou, em discurso na abertura do evento, que a cidade de Imperatriz já conta com dois cursos de Economia e que desde 2017 funciona uma delegacia regional na cidade. "Pretendemos ter um espaço de referência para os economistas no interior do nosso estado e desenvolvermos projetos de valorização da nossa profissão", disse Frednan. O presidente do Corecon-MA abordou um panorama histórico do Maranhão, destacando os principais aspectos da economia local desde o século 19 até a atualidade e buscando explicações sobre as desigualdades regionais.

Já o presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva, destacou, durante o XXX ENE, as desigualdades sociais brasileiras, abordando a Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. O economista analisou as principais propostas econômicas do presidente da República eleito, Jair Bolsonaro, tais como a carteira de trabalho verde e amarela. "A lógica de precarizar o mundo do trabalho vai levar os trabalhadores a uma situação de semi-escravidão para que tenham qualquer coisa que lhes garanta o arroz e o feijão. O que vemos é um aprofundamento cruel da reforma trabalhista", pontuou.

Ciclo de palestras

Durante três dias de evento, debates com economistas qualificados aprofundaram discussões sobre os principais entraves para a economia nordestina. No primeiro dia, Adriano Sarquis Bezerra de Menezes e Lauro Chaves Neto, presidente do Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE), realizaram apresentações.

Durante o evento, debates com economista qualificados aprofundaram discussões sobre os principais entraves para a economia nordestina.

Ao analisar a problemática regional, Adriano afirmou que existem dois principais desafios para o Nordeste: desigualdade e pobreza. Segundo o economista, 75% do PIB regional está em 10% dos municípios, onde vive mais de metade da população. Destacou que 1.500 municípios contam com apenas 20% do PIB regional e que, além disso, os 10% mais ricos detêm 45% da renda estadual enquanto os 50% mais pobres ficam com 15%. "Outro dado alarmante é que 9,4% da

Mesmo com tantas diferenças entre os estados nordestinos, a pobreza é um fator comum: os 10% mais ricos detêm 45% da renda estadual enquanto os 50% mais pobres ficam com 15%.

população nordestina vive em extrema pobreza. Essa situação é constrangedora para a região", lamentou. Para o especialista, mesmo com tantas diferenças entre os estados nordestinos, a pobreza é um fator comum. É preciso criar condições para que as empresas tragam investimento para a região, o que proporcionaria mais emprego e renda. Adriano também recomendou ser preciso investir em qualificação profissional. "Hoje a média de salário é de R$ 1 mil, o que corresponde a trabalhos com baixa qualificação. No entanto, vale destacar que os jovens de hoje estão com um grau de instrução maior do que há 10 ou 15 anos atrás", disse o economista.

Adriano Sarquis defendeu que políticas de equidade são fundamentais para o desenvolvimento regional. "O Estado precisava atuar mais perto da população para proporcionar equidade, o que pode ser feito por uma educação de qualidade. Nos Países desenvolvidos, os jovens entram no mercado de trabalho em condições iguais. No Brasil, isso não acontece. Equidade é garantir que, ao entrar no mercado, uma jovem que nasceu em circunstâncias mais difíceis possa ter condições iguais às daquele que nasceu em um berço privilegiado", explicou.

Lauro Chaves Neto destacou a importância da geografia para o desenvolvimento regional. "Me refiro ao território que vamos desenhar, e ele é humano e social, não somente físico", disse. O presidente do Corecon-CE citou como exemplo a Rota das Emoções, uma iniciativa do Sebrae que integra os estados do Ceará, Piauí e Maranhão. "Foi desenvolvida uma política de turismo para esse território específico, e isso é uma institucionalização. O papel das instituições é muito mais forte do que o conceito tradicional", afirmou Lauro.

O economista afirmou que a pobreza é algo "menos difícil" de ser combatido do que a desigualdade. "Políticas públicas focalizadas conseguem combater a pobreza, principalmente a extrema pobreza. Isso pode ser feito até de maneira rápida e não muito cara, basta ter vontade política. Reduzir a desigualdade é muito mais complexo porque estamos falando em mexer na estrutura da sociedade e isso, muito mais do que um viés ideológico, é uma questão de justiça social com as pessoas", analisou Lauro Chaves. O presidente do Corecon-CE destacou, ainda, que os penalizados pela crise econômica têm muito menos poder de pressão do que os 10% mais ricos, que conseguem se defender por sua influência nas entidades e na imprensa. "Muitas vezes, a única alternativa dos mais pobres é pressionar com violência, infelizmente", disse.

Financiamento do desenvolvimento no Nordeste

Na segunda noite de debates o tema em discussão foi "Financiamento do desenvolvimento no Nordeste" e teve como palestrantes o conselheiro federal e presidente do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), Felipe de Holanda; e o economista-chefe do Banco do Nordeste, Luiz Alberto Esteves.

O tema da segunda noite de debates foi o "Financiamento do desenvolvimento no Nordeste".

Esteves iniciou sua fala abordando o que os bancos fazem desde que surgiram. "O sistema bancário como conhecemos vem da Idade Média. Naquela época, as economias cresciam 1% a cada 10 anos, isso quando era bom. Não havia grandes variações de produtividade, eram instituições pequenas que só emprestavam dinheiro para quem conheciam e não havia inflação ou risco de mercado", contou. Segundo o economista, a

Os desafios são as microempresas, que tem pouca informação disponível na internet.

Peste Negra faliu mais de 600 bancos apenas na Itália, na época, e aqueles que sobreviveram decidiram ocupar esse espaço. Para isso, começaram a emprestar dinheiro para pessoas que não conheciam e, assim, apareceu o risco. "Começaram a exigir garantias. O negócio do banco é o negócio do risco. Quanto mais informação eu tenho sobre quem eu empresto o dinheiro, melhor. Se o risco de não pagar é grande, as taxas são altas, se há um risco pequeno, as taxas são baixas", afirmou.

"O negócio do banco é o negócio do risco." - Luiz Alberto Esteves

Para Luis Alberto, a área de gerenciamento de riscos, em um banco, é onde há os maiores avanços de tecnologias modernas que se utilizam de dados, que é por exemplo o big data. "As empresas estão usando algoritmos para acessar informações que, analisadas, podem extrair todo o excedente do consumidor. O banco passa a avaliar exatamente o seu perfil e cobrar exatamente o que você pode pagar", disse. Segundo Luiz Alberto, grandes empresas têm acesso a crédito porque há muitas informações sobre elas, disponíveis inclusive na internet. Os desafios são as microempresas, que têm pouca informação disponível na internet. "Não é possível fazer algoritmo de big data onde não existe data. A nossa preocupação é de que a falta de informação faça com que o crédito para microempresas fique mais caro e os requisitos de garantias fiquem mais altos. Nossa preocupação é de como podemos construir algoritmos inclusivos – que tipo de coleta de informações tenho que fazer para pegar o projeto certo, em meio a tantos que podem dar errado?", refletiu o economista-chefe do Banco do Nordeste.

Felipe de Holanda traçou o cenário internacional, nacional e regional nordestino, apontando a conjuntura político-econômica em cada um deles e seus principais desafios. "Nós estamos em um cenário internacional de dificuldades e estamos vendo uma possibilidade de 'grecificação' e não de 'venezuelização' do Brasil se não tiver, de fato, condições de fazer reformas fiscais, e elas precisam de um ambiente de crescimento", relatou Felipe de Holanda. Para o conselheiro federal, o cenário internacional piorou e é menos favorável para o financiamento de desiquilíbrios macroeconômicos em um País como o Brasil.

Sobre o cenário nacional, Felipe de Holanda destacou que a economia está se recuperando, retomando emprego. "Se analisarmos o acumulado de 2018 comparado com o que acontece no acumulado de 2017, de fato há crescimento na área de bens de consumo duráveis, uma recuperação nas exportações. Mas, se olharmos o nível onde esses agregados

macroeconômicos estão e onde estavam em 2014, a gente vê que esse período recessivo não tem semelhança com nada que aconteceu no pós-guerra, no Brasil. Em geral, nas crises recessivas você tinha um relançamento da economia dois ou três anos depois, o investimento voltava rapidamente, e o que a gente pode dizer aqui é que os agregados macroeconômicos não respondem. É uma crise diferente, podemos dizer que estamos com características de estagnação mesmo", disse.

Segundo o conselheiro federal, a macroeconomia básica aponta um grande erro de diagnóstico que está colocado desde o início do governo Dilma. "O que a economia precisa é de um ambiente de crescimento, de investimentos", recomendou. Para Felipe de Holanda, o governo de Jair Bolsonaro defende a necessidade de perseguir o equilíbrio orçamentário a todo custo e, em seguida, a realização de privatizações, estimadas em R$ 1 trilhão. "Não estamos vendo articulação com um programa de investimentos que vá impactar a construção civil, a retomada de obras físicas, por exemplo. Nós vamos continuar em uma situação em que haverá crescimento marginal, com um ou outro setor apresentando uma guinada, mas o problema do desemprego vai se gravar no País. Com esse agravamento, nós vamos ter problemas políticos para o presidente que acaba de se eleger. Muito provavelmente vai perder popularidade e capacidade de aglutinar setores", refletiu o economista.

Desafios da conjuntura e os caminhos para o Brasil sair da crise

A última noite de debates do XXX Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste (ENE) contou com a palestra "Os desafios da conjuntura e os caminhos para o Brasil sair da crise", ministrada pelos economistas Antonio Corrêa de Lacerda, conselheiro do Cofecon, e Oswaldo Ferreira Guerra, da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A última noite de debates contou com a palestra "Os desafios da conjuntura e os caminhos para o Brasil sair da crise".

O primeiro a se apresentar no debate foi o professor Oswaldo Guerra. Ele analisou o cenário econômico brasileiro e, entre as questões abordadas, realizou uma comparação fiscal do Brasil com outros Países. "Se nós olharmos a situação do Brasil, vemos uma dívida pública bruta crescente e a expectativa para 2019 é de que atinja cerca de 90,5% do PIB. Os emergentes da América Latina estão com média de 59%, 62%, 67%, e os emergentes do mundo como um todo oscilam de 46,9% e 52%", informou.

Segundo o professor Guerra relatou, o recomendável para o mundo emergente é de 80% do PIB, de acordo com o FMI. "É por isso que muitos candidatos falam em tentar a médio prazo estabilizar a dívida pública bruta brasileira nesse percentual. Acredita-se que um percentual mais elevado complicaria a situação dos emergentes em obter acesso a crédito internacional pelo risco de calote que essa dívida poderia ter. Isso faz com que, para que esses empréstimos venham para Países emergentes, se exija uma taxa de juros um pouco maior", revelou o economista.

Considerando o quadro econômico de baixo crescimento, elevado desemprego e a situação fiscal deteriorada, Oswaldo Guerra analisou quais seriam as propostas que têm sido feitas pelo presidente da República eleito, Jair Bolsonaro. Segundo o professor, a identificação das propostas foi feita a partir do programa entregue ao Tribunal Superior Eleitoral e dos pronunciamentos à imprensa. Ele dividiu as propostas

da seguinte forma: 10 milhões de empregos, reforma da previdência, ajuste fiscal, combustíveis, bancos, reforma trabalhista, bolsa família e salário-mínimo e abertura comercial.

"Como seriam gerados esses 10 milhões de empregos prometidos? A redução da burocracia para contratação. Identifica-se que o sistema brasileiro é extremamente burocrático e desmotivaria os empresários a realizarem contratações. Então a redução da burocracia para contratação seria uma medida importante e teria o poder de gerar empregos. Além disso, o candidato eleito defende a desoneração permanente da folha de pagamentos para reduzir o custo de contratação e incentivar o empresário a contratar", explicou Oswaldo Guerra.

"A redução da burocracia para contratação seria uma medida importante e teria o poder de gerar empregos." - Oswaldo Guerra

Em sua apresentação, Antonio Corrêa de Lacerda destacou que os economistas já podem fazer apostas sobre o cenário econômico que está por vir, a partir das propostas defendidas por Jair Bolsonaro. "Para mim, é óbvio que essa política macroeconômica que está sendo sinalizada será uma derrocada triunfal. Primeiro porque é mais do mesmo acelerado. Desde 2015, já no segundo mandato de Dilma Rousseff, quando ela trouxe Joaquim Levy para ser ministro da Fazenda. Desde então, o que temos visto: aposta em um pretenso ajuste fiscal como bola mestra da política macroeconômica, na busca da chamada confiança", argumentou.

Para Antonio, os discursos de Henrique Meirelles, Joaquim Levy e Paulo Guedes são parecidos, na medida em que, segundo o economista, defendem a busca por um superavit fiscal cortando gastos. "Acredito que haverá cortes na área social. Quem vai pagar essa conta é a população mais pobre e também as minorias, já que o programa de Paulo Guedes para a economia é ultraliberal", destacou o conselheiro do Cofecon. Segundo Lacerda, macroeconomia e economia doméstica não podem ser confundidas, na tentativa de explicar o problema fiscal para a população. "O Estado tem responsabilidades definidas na Constituição em todos os Países democratas, não só no Brasil. Além disso, o Estado tem papel macroeconômico de fazer o contraponto à crise econômica", observou.

Sobre a crise econômica brasileira, Antonio Corrêa de Lacerda afirmou que está longe do fim. "Essa desacelerada mundial, junto com a seca que implicou na queda da safra agrícola brasileira depois de 20 anos de crescimento; operação Lava Jato, que inviabilizou a Petrobras e grandes construtoras; a crise política; e os erros de política macroeconômica conduzidos por Dima Rousseff, especialmente na fase Levy, intensificaram essa crise profunda, a maior crise da nossa história. Tivemos duas quedas seguidas de 3,5% do PIB, a indústria caiu acima do PIB e, o mais importante, a formação bruta de capital fixo apresentou queda nos últimos anos. É uma queda muito forte e estamos longe do seu fim, estamos no meio da crise. A história de que estamos em recuperação é apenas uma figura retórica", concluiu.

Ao final do evento, Antonio Corrêa de Lacerda falou sobre a sexta edição do livro Economia Brasileira, o que organizou e está disponível para venda on-line. Em seguida, o XXX ENE foi encerrado pelo presidente do Corecon-MA, pelo presidente do Cofecon, Wellington Leonardo da Silva e pelo representante da Faculdade de Impertariz com a leitura da Carta do evento, "Por um Nordeste Justo e Desenvolvido".

ELEIÇÕES NO SISTEMA COFECON/CORECONS

Por Júlio Poloni e
Manoel Castanho

Todos os anos os economistas brasileiros têm a oportunidade de escolher seus representantes regionais por meio de eleições diretas. Nos dias 30 e 31 de outubro aproximadamente cinco mil economistas participaram do processo eleitoral dos Conselhos Regionais de Economia e ajudaram a fortalecer a democracia no Sistema Cofecon/Corecons.

Atento aos comportamentos sociais e às relações cada vez mais próximas da população com as tecnologias da informação, o Cofecon realiza desde 2015 o processo eleitoral dos Corecons por meio de uma plataforma online. A ferramenta, além de dar mais segurança à eleição, permite que todos possam exercer seu direito ao voto, onde quer que estiverem. E neste ano, pela primeira vez, os economistas de todos os estados e do Distrito Federal puderam escolher seus representantes pela internet em um sistema único.

Pela primeira vez, os economistas de todos os estados e do Distrito Federal puderam escolher seus representantes pela internet em um sistema único.

"Foi uma grande satisfação ter novamente presenciado os economistas brasileiros no exercício da democracia, escolhendo os dirigentes de cada Conselho Regional. Nossa expectativa é que, com esse moderno sistema de votação consolidado, cada vez mais profissionais participem do processo eleitoral, pois a gestão dos Corecons tem impacto direto em suas vidas profissionais. Esperamos já no ano que vem ver o número de eleitores ser significativamente ampliado", enfatizou Wellington Leonardo da Silva, presidente do Cofecon.

Além de representar uma modernização do sistema eleitoral, a votação online facilita a participação dos economistas, aumenta a eficiência do processo e garante a privacidade e o sigilo do voto. Todo o procedimento é feito na internet, desde o cadastro de senha para votação até a apuração dos votos. Para garantir a segurança e confiabilidade do sistema, todo o processo eleitoral, do início ao fim, é acompanhado por uma auditoria externa independente.

A votação online facilita a participação dos economistas, aumenta a eficiência do processo e garante a privacidade e o sigilo do voto.

"O nosso sistema eleitoral evoluiu muito nos últimos anos. Nosso desafio é aprimorá-lo a cada vez mais. A plataforma online já facilitou muito a vida do economista que quer exercer o seu direito ao voto. Mas ainda é possível melhorar neste sentido. Nosso objetivo é deixar o processo mais acessível e intuitivo sem perder a segurança e a confiabilidade do sistema" ponderou Antonio Melki Júnior, presidente da Comissão Eleitoral do Cofecon.

O sistema foi desenvolvido pela Scytl, empresa especializada em tecnologias e soluções para eleições online, e auditado pela The Perfect Link. A auditoria externa é um importante mecanismo que atesta a lisura do pleito e a conformidade do sistema eleitoral. Essa sistemática é fundamental para garantir a segurança e a eficácia da democracia no Sistema Cofecon/Corecons.

Para votar, o profissional deve estar devidamente registrado no Corecon de seu estado e adimplente com as anuidades e débitos de qualquer natureza perante o Conselho Regional. Os economistas que atendem a estas condições puderam acessar o site www.votaeconomista.org.br para validar suas informações e receber, pelo celular, uma senha de acesso ao sistema de votação. Finalmente, nos dias 30 e 31 de outubro, ocorreu a eleição.

O processo eleitoral

A missão do Sistema Cofecon/Corecons é assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista no País, além de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Os conselheiros regionais e federais são os dirigentes responsáveis por definir as regulamentações, os projetos, as campanhas, os posicionamentos institucionais e as ações dos órgãos do Sistema perante os profissionais economistas e a sociedade em geral.

O mandato dos conselheiros regionais é de três anos, sendo permitida uma reeleição por período consecutivo; as eleições anuais fazem com que a cada ano encerre-se o mandato de um terço do quadro de conselheiros, sendo estes substituídos pelos novos representantes votados pelos economistas. Os eleitos nos dias 30 e 31 de outubro terão mandato no triênio 2019-2021, e substituem aqueles que tiveram mandato no período 2016-2018. Desta forma, cada Corecon está em constante renovação.

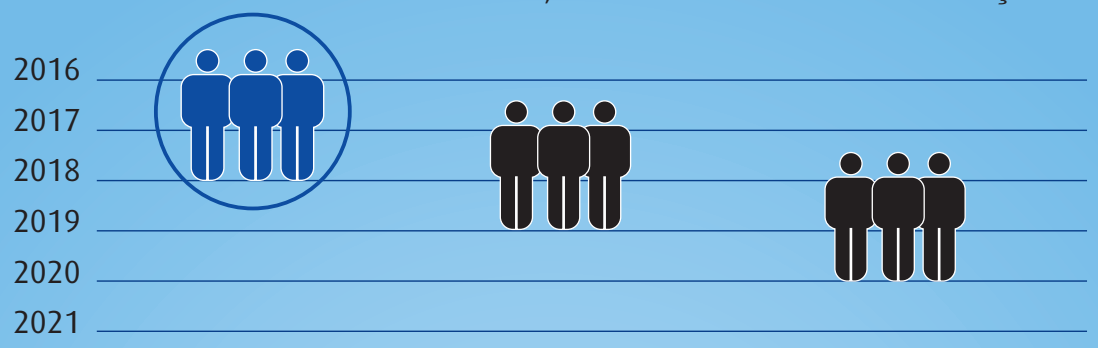
Cada chapa inscrita na eleição também possui um delegado-eleitor efetivo e um suplente. Isso porque, assim como nos Conselhos Regionais, o mandato dos conselheiros federais também tem a duração de três anos, com renovação anual de um terço do seu plenário. O que muda é a forma de eleição, estabelecida na Lei 6.537/78. Com uma antecedência mínima de 30 dias antes do término dos mandatos, é realizada uma Assembleia de Delegados-Eleitores, na qual um representante de cada Corecon, eleito pelos economistas, dispõe de uma quantidade de votos proporcional ao número de economistas adimplentes para, em eleição secreta, escolher os novos conselheiros federais.

Além disso, alguns Conselhos Regionais realizam uma consulta para os cargos de presidente e vice-presidente – que, no Sistema Cofecon/Corecons, têm o mandato com duração de um ano, sendo permitidas duas reeleições consecutivas. Tal consulta não é obrigatória e não tem caráter oficial, uma vez que os presidentes são eleitos pelo plenário do Regional durante a primeira reunião do ano, em janeiro; entretanto, nos Corecons que realizam a consulta, tradicionalmente o plenário acata o que foi votado pelos economistas.

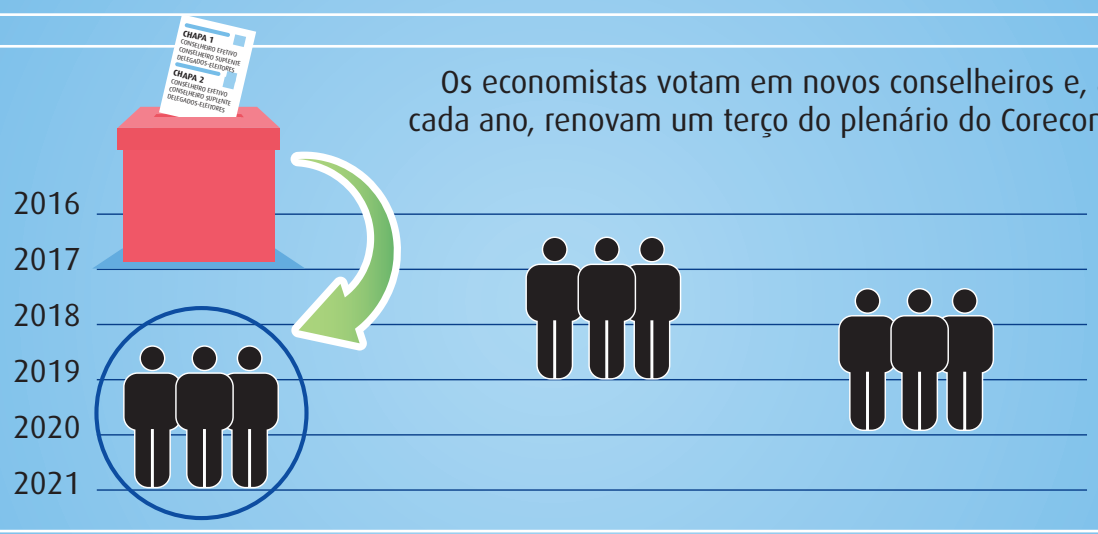
O mandato dos conselheiros regionais é de três anos, sendo permitida uma reeleição por período consecutivo.

FUNCIONAMENTO ELEITORAL DO SISTEMA COFECON/CORECONS.

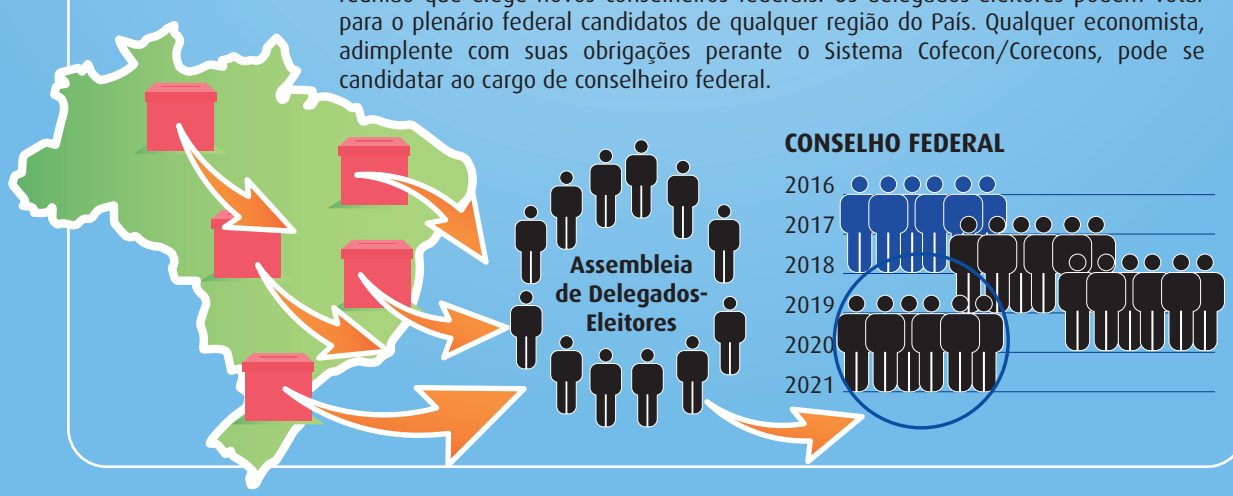
O mandato dos conselheiros regionais é de três anos e, ao final de cada ano, encerra-se o mandato de um terço deles.



Os economistas votam em novos conselheiros e, a cada ano, renovam um terço do plenário do Corecon.



Além de novos conselheiros, os economistas também elegem delegados-eleitores. Estes têm a atribuição de participar da Assembleia de Delegados-Eleitores (ADE), reunião que elege novos conselheiros federais. Os delegados-eleitores podem votar para o plenário federal candidatos de qualquer região do País. Qualquer economista, adimplente com suas obrigações perante o Sistema Cofecon/Corecons, pode se candidatar ao cargo de conselheiro federal.



POR UM NORDESTE JUSTO E DESENVOLVIDO

CARTA DO XXX ENCONTRO DE ENTIDADES DE ECONOMISTAS DO NORDESTE – ENE

Nós, presidentes dos Conselhos Regionais de Economia (CORECON's) dos Estados do Nordeste, reunidos na cidade de Imperatriz (MA), tendo em vista as discussões e deliberações do ENE, vimos a público, diante da sociedade brasileira e, especialmente, aos congressistas, governadores e presidente eleitos, chamar atenção para as graves consequências sociais decorrentes da maior recessão da história republicana e de sucessivas secas, especialmente no semiárido nordestino.

Em uma região que concentra 28% da população nacional e apenas 14% do PIB, a forte contração do gasto público federal, em todas as modalidades – transferências constitucionais, programas sociais, investimentos em infraestrutura e empréstimos de agências governamentais –, teve um efeito devastador sobre o emprego regional. No triênio 2015 a 2018 o número de desocupados na região Nordeste aumentou em 1,7 milhões de pessoas. (PNADc/IBGE, 2018).

As projeções de meteorologistas apontam para uma grande seca na região, já a partir de meados de 2019, o que poderá ampliar ainda mais o quadro de desajuste socioeconômico vivenciado no Nordeste. Para agravar tal quadro, a redução dos mecanismos de proteção social dos últimos anos, o colapso das finanças da maior parte dos estados e municípios, e a verdadeira contração de crédito têm contribuído para a permanência e o agravamento das desigualdades regionais.

Tendo como pano de fundo o cenário descrito, a programação do XXX ENE buscou discutir temas de relevo para o desenvolvimento econômico da região. Como economistas, profissionais atuantes no planejamento e desenvolvimento regional, nos posicionamos em defesa das instituições de Planejamento, Pesquisa e Estatística, da SUDENE, do Banco do Nordeste/ETENE, do Sistema COFECON/CORECON's e demais órgãos envolvidos com o planejamento e desenvolvimento nordestino.

Cumpre destacar que as carteiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e dos Fundos de Desenvolvimento Regionais (FDNE, FNE e FDA) constituem uma parcela importante do financiamento da agricultura familiar (PRONAF), do investimento privado e da infraestrutura na Região Nordeste, onde uma correta formulação de políticas públicas depende de uma base confiável de dados e, para isto, defendemos também que seja mantida a integralidade do orçamento programado para o Censo 2020 do IBGE.

Como presidentes dos CORECON's do Nordeste, chamamos atenção tanto para a necessidade de programas especiais para o semiárido nordestino, como investimentos em infraestrutura, segurança hídrica, habitação popular, turismo, educação, ciência, tecnologia e inovação pelo papel que desempenham na geração de emprego e renda, fundamentais para o desenvolvimento da região.

Nós economistas defendemos o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e que, para uma maior efetividade das políticas públicas, haja uma atuação conjunta dos governadores na articulação regional com o governo federal para reverter o cenário de agravamento da questão socioeconômica do Nordeste.

Imperatriz, 01 de novembro de 2018.

XXXIII CONGRESSO DA ANGE

No dia cinco de outubro, realizou-se na PUC de São Paulo o XXXIII Congresso da ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas. O evento propiciou palestras, debates e discussões riquíssimas sobre a formação do economista.

A ANGE, criada em 1984, sempre se pautou pela defesa de um currículo pleno para a formação do profissional economista, respeitando-se a pluralidade de ideias econômicas e o reconhecimento do debate entre as diferentes correntes de pensamento econômico, como a maneira mais eficaz de fazer prevalecer o avanço de nossa ciência. Assim, a associação tem como sua missão contribuir com o aprimoramento permanente dos currículos de economia, incentivando reformas que gerem equilíbrio nos conteúdos histórico, teórico, político e técnico-analítico.

Destacamos em nosso congresso a grande evolução que a profissão de economista conheceu ao longo do século passado, quando conquistou, ainda que tardiamente, a autonomia para ofertar com independência um eixo específico de formação no ensino superior no País.

O Congresso contou com a participação de coordenadores, professores, alunos e profissionais, e recebeu apoio significativo da PUC São Paulo e das instituições correalizadoras como: o Conselho Federal de Economia; os Conselhos Regionais de Economia do Rio de Janeiro, da Bahia, de Pernambuco e de Goiás; o Sindicato dos Economistas de São Paulo e a Federação Nacional dos Estudantes de Economia.

Dentre os debates efetuados no Congresso, cabe destacar a demanda do Sistema Cofecon/Corecons, para que conteúdos de Perícia, Arbitragem e outros diretamente relacionados ao exercício profissional do economista fossem oferecidos aos estudantes dos cursos de graduação em Ciências Econômicas. Ocorreram diversos relatos de coordenadores de curso, informando que já estão desenvolvendo ou contemplando em seus projetos pedagógicos, atividades desta natureza. Na Assembleia foi aprovada a proposta para o atendimento a esta demanda nos seguintes termos: que a ANGE recomende aos cursos de graduação em Ciências Econômicas, a oferta de conteúdos diretamente relacionados ao exercício profissional do economista, como Perícia, Arbitragem, Elaboração de Projetos e outros e que tal oferta possa ser contemplada por meio de cursos específicos oferecidos em parceria com o Sistema Cofecon/Corecons e que as horas destinadas à essas formações sejam acatadas como horas Atividades Curriculares Complementares, respeitadas as normas constantes no Projeto Pedagógico de cada curso.

O Congresso se encerrou com a eleição da nova diretoria para o biênio 2019-2010, que contará com os seguintes Professores: Adauto Roberto Ribeiro, da PUC de Campinas (Presidente), Paulo Sérgio Fracalanza, da Unicamp (Secretário) e Eduardo Rodrigues da Silva, da PUC de Goiás (Tesoureiro). Para o Conselho Fiscal foram e eleitos os Professores: José Rubens Damas Garlipp (UFU), Rubens Sawaya (PUC São Paulo) e Gesmar José Vieira (PUC Goiás).

Desde já, fica o convite a todos para nos reencontrarmos para o debate sobre o ensino de economia no XXXIV Congresso a se realizar na cidade de Goiânia, em outubro de 2019, sob patrocínio da PUC Goiás e da Universidade Federal de Goiás.

Adauto Roberto Ribeiro
Presidente da ANGE

ESTUDANTE DE ECONOMIA ESTÁ PRÓXIMA DE REPRESENTAR O BRASIL NA YOUTH ASSEMBLE EM NOVA IORQUE.

LUCAS HENRIQUE DE PAULA
1º Diretor de Comunicação – FENECO
PUCSP

Nascida na Bahia e criada na favela de Paraisópolis, Cintia Sanches, estudante de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Rondonópolis (UFR-MT) foi escolhida para o processo de mentoria no programa Jovens na ONU para desenvolver seu projeto de transformação social.

Sua família buscou melhorar as condições de vida mudando-se para São Paulo, passando por Guarulhos e ficando na favela de Paraisópolis. Seu pai trabalhou no restaurante de Dona Maria, que os acolheu em sua garagem e os auxiliou até se estabilizarem. Após ficar desempregado, passou a empreender na venda de Acarajés na maior favela de São Paulo.

Cintia começou a desenvolver sua primeira participação em projeto social na escola, na reativação e organização de uma biblioteca. Ainda no ensino médio participou do projeto Creditar, que objetivava auxiliar as pessoas da comunidade com elaboração do imposto de renda.

A caçula de nove irmãos passou em duas universidades públicas e uma privada, optou pela UFMT. Começou a participar e a realizar atividades sociais também em sua nova cidade e manteve-se sempre acompanhando programas relacionados à ONU. Conheceu o "Jovens na ONU", criado por Susana Sakamuro, que visa inserir o Brasil na Youth Assemble (Assembleia da Juventude).

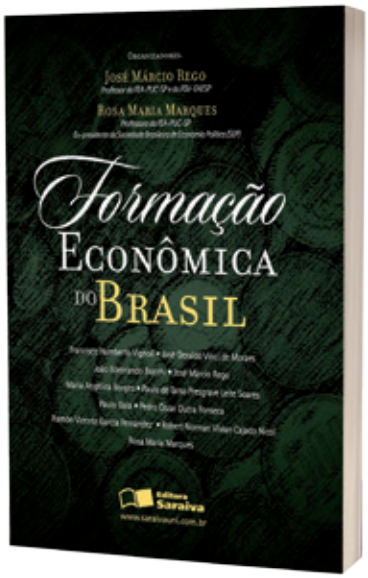
O programa conta com jovens de todas as regiões, fornecendo bolsas a candidatos que tenham iniciativas de impacto social no País, auxiliando-os com mentorias de embaixadores brasileiros que já participaram desta conferência. Cintia está sendo mentorada pela ex-bolsista Dalvana Lopes, em seu projeto que visa ajudar a criar e dar bolsas a estudantes universitários.

Ela conta com o suporte da reitora Analy Castilho e do professor Luis Otavio, no qual objetivam trazer a ONG Instituto Semear, que atua no combate à vulnerabilidade social do estudante universitário, criando parcerias com esta e outras entidades e empresas para auxiliarem na manutenção dos estudantes universitários em seu ensino. Com isso, acreditam ser possível criar um ciclo virtuoso no qual o jovem, durante o recebimento do auxílio, deverá desenvolver projetos sociais dentro da universidade e ser mentor de outros que venham a ingressar.

Cintia está na etapa final necessária para buscar garantir sua vaga em Nova Iorque, representando os estudantes de Economia e nosso País, visando aplicar os conhecimentos aprendidos para realizar uma transformação social e gerar para aqueles ao seu redor um verdadeiro desenvolvimento.

A FORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE ECONÔMICA

Por: Waldir Pereira Gomes
Conselheiro Federal do Cofecon



Livro: Formação Econômica do Brasil. 2ª ed. Pinheiros: 2011. ORGANIZADORES: José Marcio Rego e Rosa Maria Marques

Os organizadores desta obra, professores: José Marcio Rego e Rosa Maria Marques, nesta 2ª edição, publicada pela Editora Saraiva, reuniram diversos artigos de professores de renomadas escolas de economia: PUC-SP; FGV, USP, UFRS e Mackenzie que, numa linguagem simples e objetiva em 12 capítulos realizam uma análise criteriosa da economia brasileira desde o período colonial até o 2º governo de Vargas.

Como explicitam os organizadores "o livro contempla as etapas importantes do Brasil como nação: formação colonial, passagem para o renascimento agrícola, economia cafeeira e mudança para um País industrializado no século XIX".

Já em seus capítulos iniciais, a obra retrata a estrutura e o sentido da formação colonial brasileira, evidenciando a inserção da economia brasileira na divisão internacional do trabalho.

A obra retrata a estrutura e o sentido da formação colonial brasileira.

O trabalho também aborda de forma profunda a mudança de uma economia agroexportadora para um modelo de substituição de importações, bem como a crise do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre.

O organizadores agregam novas visões sobre a crise da economia cafeeira com o esgotamento do seu sistema financeiro e destacam no 8º capítulo a questão urbana industrial no Brasil com ênfase na região sudeste.

De forma didática e objetiva, esta obra se junta a outras que, após os trabalhos clássicos de Celso Furtado e Caio Prado Jr., interpretam a formação da nossa sociedade econômica.

Uma leitura obrigatória para os alunos de cursos que demandam um conhecimento mais profundo sobre a economia brasileira.

FAÇA PARTE DO CADASTRO DE PERITOS.

COLOQUE EM PRÁTICA SEUS CONHECIMENTOS E AJUDE A DEFENDER O INTERESSE PÚBLICO!

Os economistas registrados no Sistema Cofecon/Corecons já podem prestar assistência aos Tribunais da Justiça Estadual atuando como perito do juízo ou assistindo uma das partes envolvidas. Basta fazer parte do Cadastro Nacional de Peritos em Economia e Finanças (CNPEF) e acompanhar os processos.

Se você curtiu a ideia, acesse agora mesmo o site e faça seu cadastro!

Acesse: cnpef.cofecon.gov.br

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

A RENDA É CONCENTRADA NAS MÃOS DE POUCOS NO BRASIL. MAS QUEM PAGA MAIS TRIBUTOS SÃO OS POBRES E A CLASSE TRABALHADORA.

Já parou para pensar que ao comprar uma lata de extrato de tomate, você paga sobre este produto o mesmo imposto que as pessoas que ganham mais ou menos que você?

Esse modelo tributário taxando a produção e o consumo é injusto, pois acentua a pobreza e as diferenças sociais. Com pouca incidência sobre a renda e a riqueza, o modelo brasileiro de impostos alivia os que deveriam contribuir mais, ao mesmo tempo em que onera a classe trabalhadora.

É contra esse modelo injusto que o **Conselho Federal de Economia e a instituições integrantes** do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social promovem sua Campanha, a partir da **mudança do modelo tributário brasileiro**. Nossa principal meta é a redução da desigualdade social no Brasil. **Participe!**

Desigualdade: isso é da sua conta.

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

CAMPANHA PELA
REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

www.cofecon.gov.br